
VILMA JARA DA SILVA

**A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NA POLÍTICA DE
FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL NOS ANOS
1990**

**TOLEDO
2025**

VILMA JARA DA SILVA

**A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NA POLÍTICA DE
FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL NOS ANOS
1990**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como exigência para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-graduação Serviço Social. Área de concentração Serviço Social, Política Social e Trabalho Profissional. Linha de Pesquisa Trabalho, lutas sociais e direitos.

Orientadora: Profa. Dra. Esther Luiza de Souza Lemos

**TOLEDO
2025**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Jara da Silva, Vilma

A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NA POLÍTICA DE
FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL NOS ANOS
1990 / Vilma Jara da Silva; orientadora Esther Luiza de Souza
Lemos . -- Toledo, 2025.

90 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Toledo) --
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social, 2025.

1. Movimento Estudantil de Serviço Social . 2. Formação
Profissional. 3. ABEPSS. 4. Diretrizes Curriculares. I. de
Souza Lemos , Esther Luiza, orient. II. Título.

*“Há três tipos de gente
Os que imaginam o que acontece
Os que não sabem o que acontece
E nós que faz acontecer
-Sabotage*

Dedico este trabalho a quem veio antes,
aos que plantaram sementes de coragem e luta
em solo marcado pela exploração e desigualdade.

Aos militantes de Serviço Social,
que nas ruas, nas salas de aula e assembleias,
mantêm viva a resistência,
em especial aos que construíram a história.

A esses que abriram caminhos ocultos,
para que hoje possamos seguir, caminhar juntos,
reafirmando compromissos e escrevendo nossa história.

Àqueles que vivem o MESS,
e a todos que ainda vão chegar,
com força, sonhos e resistência.

AGRADECIMENTOS

Quem já percorreu essa estrada sabe: a jornada da formação acadêmica é marcada por desafios e aprendizados profundos, por histórias que transformam e que deixam marcas duradouras.

Não poderia concluir esta etapa sem expressar minha gratidão a todas as pessoas e instituições que iluminaram e fortaleceram meu caminho.

Primeiramente, à minha mãe, Cacilda Jara (*in memoriam*), raiz forte que sustentou minha caminhada e fonte inesgotável de amor e coragem. Tudo que conquistei foi guiado pela lembrança dos nossos momentos e pela certeza do seu orgulho silencioso.

Às minhas irmãs Vane e Vivi, e ao irmão Vilmar, porto seguro nos momentos de dificuldade, que acolheram minhas ausências e me apoiaram em cada luta. Aos sobrinhos Kauã, Richard, Priscila (*in memoriam*), Eloisa, Ester e Dudu, que são luz e alicerce da minha vida. Sigo nessa travessia de sonhos e resistências, por vocês!

Ao meu amado companheiro Otávio, meu agradecimento cheio de amor. Sua presença constante, seu apoio e seu carinho foram essenciais nesta caminhada. Você me fortaleceu, me incentivou e dividiu comigo tanto os desafios quanto às conquistas. Sou imensamente grata por caminhar ao seu lado. Te amo!

Com apreço, agradeço à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* Toledo, berço da minha formação profissional e acadêmica. Além dos conteúdos das disciplinas, foi um espaço de construção coletiva, reflexão crítica e fortalecimento do compromisso com a universidade pública.

Ao curso de Serviço Social e ao corpo docente, cuja dedicação ética e política plantou sementes essenciais para minha formação, ensinando-me a escutar e intervir no mundo com compromisso social.

Minha mais profunda e sincera gratidão é dedicada à professora Esther, que foi muito mais que orientadora durante este mestrado. Desde antes dessa etapa, ela esteve presente, apoiando-me nos momentos difíceis, com um compromisso e cuidado que vão além do ambiente acadêmico. Esther é uma inspiração constante, exemplo de excelência na profissão e referência inabalável na luta por um Serviço Social comprometido com a transformação social. Sou imensamente grata por sua presença e por tudo o que representa na minha vida e na minha trajetória.

Aos companheiros e companheiras do MESS e aos integrantes do CASS Frida Kahlo, cuja militância são fonte de aprendizado e referência. O MESS, objeto central desta pesquisa,

foi fundamental para compreender as dinâmicas e desafios da organização estudantil no Serviço Social.

À ABEPSS, entidade que representa um importante espaço teórico-político e científico na formação profissional. Agradeço especialmente aos presidentes – Esther, Rodrigo, Erlenia e Joana – com quem tive a oportunidade de conviver em minha atuação como auxiliar administrativa da ABEPSS, cujo exemplo e liderança foram essenciais para o meu fortalecimento e compreensão da relevância desta entidade no campo acadêmico e profissional. Poder acompanhar de perto o trabalho da ABEPSS em um ambiente privilegiado contribuiu profundamente para a construção deste estudo.

Àqueles colegas e amigos que fizeram da trajetória acadêmica um espaço de afeto, incentivo e companheirismo.

Por fim, meu agradecimento a todos que vieram antes, pioneiros de uma esperança firme, que semearam sonhos de justiça e igualdade para que eu pudesse florescer.

Expresso minha gratidão, do fundo do coração.

***“Se meu futuro estiver traçado, eu vou até o fim só pra ver o resultado.
-Racionais MC’s***

RESUMO

Esta dissertação analisa a participação do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) na política de formação profissional no Brasil durante a década de 1990, destacando sua atuação na democratização interna da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) — anteriormente Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) — e na formulação das Diretrizes Curriculares de 1996. A pesquisa parte da problemática: **quais processos foram determinantes para a participação política dos estudantes de Serviço Social na política de formação profissional coordenada pela ABESS/ABEPSS na década de 1990?** Como *objetivo* geral, busca-se analisar historicamente tal participação, articulando-a ao projeto ético-político da profissão. Os *objetivos específicos* envolvem desvendar os enfrentamentos e pautas estudantis das décadas de 1980 e 1990; investigar a trajetória do MESS e sua relação com a ABESS/ABEPSS; examinar a atuação estudantil no processo de revisão curricular e aprovação das Diretrizes Curriculares de 1996; e analisar a representação discente na estrutura da entidade. Adota-se o método do materialismo histórico-dialético, articulando pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas com nove militantes que atuaram no MESS nos anos 1990 e posteriormente integraram gestões da ABEPSS e/ou do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). A análise revela que o MESS, herdeiro de uma tradição de resistência do movimento estudantil brasileiro, consolidou-se como sujeito político autônomo, articulando pautas gerais — como a defesa da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade — a demandas específicas da profissão, como a reformulação curricular e a democratização das instâncias decisórias da ABEPSS. Evidencia-se que a década de 1990, marcada pela ofensiva neoliberal e pela reestruturação produtiva, constituiu um momento decisivo de tensionamento político e formulação coletiva no Serviço Social, no qual o protagonismo estudantil foi determinante para a consolidação de uma política de formação crítica e socialmente referenciada, particularmente no debate das Diretrizes Curriculares. Ao registrar essa trajetória, o estudo contribui para a memória política da categoria e reafirma a importância da militância estudantil como espaço formativo e de incidência, capaz de conectar a formação acadêmica às lutas sociais mais amplas.

Palavras-chave: Movimento Estudantil; Serviço Social; Formação Profissional; ABEPSS; Diretrizes Curriculares.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the participation of the Social Work Student Movement (MESS) in professional training policy in Brazil during the 1990s, highlighting its role in the internal democratization of the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work (ABEPSS) — formerly the Brazilian Association of Schools of Social Work (ABESS) — and in the formulation of the 1996 Curriculum Guidelines. The research starts from the following problem: what processes were decisive for the political participation of Social Work students in the professional training policy coordinated by ABESS/ABEPSS in the 1990s? The general objective is to historically analyze this participation, articulating it with the ethical-political project of the profession. The specific objectives involve uncovering the student confrontations and agendas of the 1980s and 1990s; investigating the trajectory of the MESS and its relationship with ABESS/ABEPSS; and examining student action in the process of curricular revision and approval of the 1996 Curriculum Guidelines. and to analyze student representation within the organization's structure. The historical-dialectical materialism method is adopted, combining bibliographic research, document analysis, and semi-structured interviews with new activists who were active in the MESS in the 1990s and later joined the administrations of ABEPSS and/or the Federal Council of Social Work (CFESS). The analysis reveals that the MESS, heir to a tradition of resistance within the Brazilian student movement, consolidated itself as an independent political subject, articulating general agendas—such as the defense of public, free, secular, and high-quality universities—with specific demands of the profession, such as curricular reform and the democratization of ABEPSS's decision-making bodies. It is evident that the 1990s, marked by the neoliberal offensive and productive restructuring, constituted a decisive moment of political tension and collective formulation in Social Work, in which student protagonism was crucial for the consolidation of a critical and socially referenced training policy, particularly in the debate on the Curricular Guidelines. By recording this trajectory, the study contributes to the political memory of the profession and reaffirms the importance of student activism as a formative and influential space, capable of connecting academic training to broader social struggles.

Keywords: Student Movement; Social Work; Professional Education; ABEPSS; Curricular Guidelines.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
CA	Centro de Acadêmico
CASS	Centro de Acadêmico de Serviço Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEAS	Centro de Estudos Sociais
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFE	Conselho Federal de Educação
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
ENESS	Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
ME	Movimento Estudantil
MESS	Movimento Estudantil de Serviço Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PPGSS	Programa de Pós-graduação em Serviço Social
PR	Paraná
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PUCRJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SESSUNE	Secretaria Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 CAMINHO PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: AS RAÍZES HISTÓRICO-POLÍTICAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL EM SERVIÇO SOCIAL.....	18
1.1 O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO SUJEITO POLÍTICO E COLETIVO DE RESISTÊNCIA.....	21
1.2 PROTAGONISMO E TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL: DA DEMOCRATIZAÇÃO SOCIAL AO SURGIMENTO DO MESS.....	31
2 ABERTURA DAS PORTAS: A DEMOCRATIZAÇÃO DA ABEPSS E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS ESTUDANTES.....	42
2.1 HISTÓRICO E DEMOCRATIZAÇÃO DA ABESS/ABEPSS: TRAJETÓRIA E CONQUISTAS ESTUDANTIS.....	44
2.2 PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA FORMULAÇÃO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E NO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO.....	49
3 A POLÍTICA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA ABESS/ABEPSS E O MESS NA DÉCADA DE 1990.....	55
3.1 A RECOMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MESS E DA ABESS/ABEPSS.....	57
3.2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO MESS NA CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABESS (1996)	63
3.3 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO MESS NA ORGANIZAÇÃO DO CBAS.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS.....	77
APÊNDICE 1 ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	80
APÊNDICE 2 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	81
ANEXO I DECLARAÇÃO DE PESQUISA NÃO INICIADA.....	83
ANEXO II LISTAGEM DE GESTÃO CFESS DE 2005 A 2023 (ÚLTIMOS 18 ANOS)	84
ANEXO III LISTAGEM DE GESTÃO ABEPSS DE 2005 A 2023 (ÚLTIMOS 18 ANOS)	88

INTRODUÇÃO

No âmbito da pesquisa em questão, abordamos a relação entre o Movimento Estudantil em Serviço Social (MESS) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), com ênfase na representação discente e sua participação na construção da política de formação profissional das e dos assistentes sociais no Brasil.

Em um contexto de crise política, econômica e social, próprias do desenvolvimento contraditório do sistema capitalista, diversos sujeitos coletivos se organizam em torno de projetos societários que enfrentam os efeitos dessa lógica, entre eles os movimentos sociais. A partir de diferentes matrizes teórico-políticas — entre elas o pensamento marxista —, esses movimentos reivindicam transformações estruturais na sociedade. O Movimento Estudantil (ME), como um desses sujeitos, - representando aqui um exemplo de movimento social que opera sob uma perspectiva crítica em relação à ordem social predominante - organiza-se historicamente em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, pautando-se por uma crítica à ordem social vigente e pela construção de uma nova ordem societária.

É nesse horizonte que situamos a importância do MESS, compreendido como espaço de formação política e crítica, que articula a juventude à luta por uma formação profissional comprometida com os interesses da classe trabalhadora. A experiência no MESS tem potencial formativo que extrapola os limites da sala de aula, pois mobiliza competências políticas, capacidade de análise crítica da realidade, articulação coletiva e aproximação com os valores ético-políticos do projeto profissional do Serviço Social brasileiro.

A organização política da categoria profissional remonta à década de 1930, com a criação do primeiro curso de Serviço Social no Brasil em 1936, vinculado ao Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), atual PUC-SP. A trajetória inicial das assistentes sociais revela uma vinculação orgânica com os interesses da burguesia nacional, o que não impediu que essas profissionais — enquanto mulheres de seu tempo — se mobilizassem pela criação de entidades representativas que reivindicavam o reconhecimento da profissão e a ampliação de seu campo de atuação.

Em 1946, foi fundada a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), que, por décadas, se organizou de forma centralizada, composta exclusivamente por professoras-diretoras das instituições de ensino. No entanto, com o processo de expansão da profissão e da formação acadêmica, cresceu a pressão por democratização da entidade, inclusive

por parte de docentes e estudantes, que reivindicavam voz ativa e direito de voto em suas instâncias.

O Movimento Estudantil obteve avanços significativos na participação institucional, especialmente com a inclusão de representantes estudantis nas estruturas regionais e, a partir da década de 1990, na diretoria nacional e regionais da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS). A organização política dos assistentes sociais no Brasil tem raízes antigas, remontando à criação do curso em 1936, vinculado ao Centro de Estudos Sociais (CEAS), hoje PUC-SP (Braz & Matos, 2008). Embora inicialmente vinculadas à burguesia nacional, as primeiras assistentes sociais se mobilizaram para criar organizações que representassem seus interesses profissionais, como o reconhecimento da profissão e a ampliação do mercado de trabalho (Ramos, 2005). Criada em 1946, a ABESS inicialmente era composta apenas por professoras-diretoras. Com a expansão da profissão, cresceu também a pressão pela democratização da associação, com a participação de professoras e estudantes buscando voz e voto.

É nesse processo que se insere o nosso interesse investigativo. Considerando que, por sua natureza estatutária, cabe à ABEPSS a coordenação da política de formação profissional no Serviço Social brasileiro, propomos analisar o processo de democratização interna da entidade, com destaque para o protagonismo do MESS na década de 1990. Inicialmente, a inserção do movimento estudantil ocorreu nas estruturas regionais da ABESS. Com a reforma estatutária na década de 1990, a representação discente¹ passou a integrar formalmente a diretoria nacional e regionais da entidade, consolidando um novo patamar de participação política.

A partir disso, formulamos a seguinte problemática: **quais processos foram determinantes para a participação política dos estudantes de Serviço Social na política de formação profissional coordenada pela ABESS/ABEPSS nos anos 1990?**

Assim, o *objetivo geral* analisar historicamente tal participação do Movimento Estudantil na ABESS/ABEPSS, entidade que tem por finalidade coordenar a política de formação profissional em Serviço Social no Brasil. Os *objetivos específicos* derivam dessa premissa: desvendar os enfrentamentos nas décadas 1980 e 1990, quais lutas, estavam na pauta

¹ A representação discente de graduação na ABEPSS corresponde à participação de estudantes — militantes orgânicos da ENESSO — na direção nacional e regional da entidade. Constitui um elo político entre o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) e o debate da formação profissional, tendo como tarefas fortalecer o diálogo entre ENESSO e ABEPSS, socializar deliberações e defender a formação profissional de qualidade, conforme as Diretrizes Curriculares de 1996. Trata-se de uma conquista histórica do MESS, sistematizada no documento *Discente em ABEPSS: que bicho é esse?*, elaborado coletivamente pelos/as representantes discentes da gestão 2015/2016. Referência: HOLLANDA, Aline Ayres de et al. *Discente em ABEPSS: que bicho é esse?* Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, p. 419–428, jan./jun. 2016.

dos estudantes; investigar a história e evolução do Movimento Estudantil em Serviço Social no Brasil, com ênfase da sua relação com a ABESS/ABEPSS; examinar a participação do Movimento Estudantil e sua representação no processo de revisão curricular e construção das Diretrizes Curriculares da ABESS aprovadas em 1996; analisar a representação discente dentro da estrutura da ABESS/ABEPSS, identificando o impacto das ações e participação dos estudantes no desenvolvimento de políticas e diretrizes para o ensino e pesquisa em Serviço Social.

Com isso, buscamos compreender como a atuação do MESS influenciou os rumos da formação profissional no Brasil, contribuindo para consolidar um projeto profissional crítico, vinculado às lutas sociais e aos princípios do projeto ético-político da profissão. Igualmente, colaborar com a produção de conhecimento sobre esse tema, atuando como um registro significativo de uma trajetória relevante para o desenvolvimento do MESS e da ABEPSS, analisando os elementos que permeiam a experiência de militância em sua conexão com a formação profissional. Adicionalmente, procuro reiterar a relevância dessa interação, uma vez que ela se estabeleceu historicamente como uma ação política colaborativa na edificação de um projeto profissional fundamentado em uma proposta de transformação social.

Esta pesquisa também parte de uma motivação pessoal, forjada em minha própria trajetória no ME, iniciada ainda no ensino fundamental, quando dei meus primeiros passos rumo à compreensão do mundo que me cercava e à busca por transformações sociais. Naquela época, para mim, a dimensão política-organizativa do segmento estudantil era um universo abstrato, mas que já provocava inquietudes e interesse de explorar tal temática.

Foi no ensino fundamental que comecei a participar de debates e assembleias estudantis, expressando minhas opiniões sobre os assuntos que afetavam a comunidade escolar. Naquela fase inicial, minhas preocupações eram muitas vezes simplificadas, mas a paixão por fazer a diferença já estava enraizada em mim.

Conforme avancei para o ensino médio, minha participação no ME cresceu. Eu me envolvi em campanhas por melhorias na infraestrutura da escola, na qualidade da merenda escolar e na ampliação das atividades extracurriculares. Considero um marco histórico, na minha experiência no ME, as ocupações em 2016², onde aprendi a organizar manifestações pacíficas e a fazer parcerias com outros estudantes.

² Em 2016, ocorreram diversas manifestações e ocupações em escolas e universidades brasileiras, promovidas por estudantes secundaristas e universitários em vários estados do país. O objetivo dessas mobilizações era protestar contra as propostas e medidas adotadas pelos governos estaduais de Geraldo Alckmin, Marconi Perillo, José Ivo Sartori, Beto Richa, Luiz Fernando Pezão e pelo governo do então presidente Michel Temer. Os estudantes se

No entanto, minha verdadeira jornada no ME tomou forma quando ingressei no ensino superior. Na universidade, tive a oportunidade de me envolver em questões mais amplas. Aqui participei não só do ME, de forma orgânica como também ingresso em atividades do Movimento Estudantil em Serviço Social (MESS), compondo o Centro Acadêmico de Serviço Social (CASS), e gestões da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Essa trajetória me proporcionou um profundo entendimento e acúmulo teórico da organização política estrutural do ME e do MESS, a apropriação e compreensão do direcionamento ético-político do Serviço Social e deste com a sociedade. Portanto, tal interesse pela temática se amplia com a participação como representante no CASS e na ENESSO, que considero determinante para a apreensão da realidade social.

O MESS é parte constitutiva da organização política da categoria profissional em formação. Ele não apenas atua como espaço de formação política, mas também se insere nas disputas internas à profissão, participando ativamente dos debates sobre diretrizes curriculares, ética profissional, organização sindical e políticas sociais. Como destacam Braz e Matos (2008), os estudantes têm sido presença constante em todos os grandes debates e eventos da categoria.

Ao reafirmar os valores ético-políticos da profissão, o MESS se contrapõe aos projetos neoconservadores e neoliberais que tentam penetrar no corpo profissional (Lima, 2019). Assim, o movimento estudantil de Serviço Social consolida-se como sujeito político fundamental na construção de uma formação profissional crítica, comprometida com os interesses da classe trabalhadora e com a transformação social.

Dessa forma, esta pesquisa busca não apenas resgatar historicamente a atuação do MESS na ABESS/ABEPSS, mas também refletir sobre sua contribuição à conformação de um projeto de formação profissional em consonância com os princípios democráticos, coletivos e emancipatórios que orientam o Serviço Social brasileiro.

Esta pesquisa está ancorada no método materialismo histórico-dialético, por compreendê-lo como o mais adequado à apreensão crítica das contradições presentes nas relações sociais e na formação profissional em Serviço Social. Tal escolha metodológica é coerente com os fundamentos teóricos que sustentam o projeto ético-político da profissão, os quais orientam também a análise das práticas estudantis investigadas nesta dissertação.

A dialética materialista, conforme desenvolvida por Marx, concebe a realidade como um processo histórico, contraditório e em permanente transformação. Essa perspectiva permite compreender a formação profissional em sua totalidade, situando o papel do Movimento

opuseram aos projetos de lei, como a "PEC do teto de gastos" (PEC 241), o projeto "Escola sem Partido", o PL 44, e à medida provisória do Novo Ensino Médio.

Estudantil de Serviço Social (MESS) como expressão concreta das lutas sociais, e como sujeito ativo na construção de um projeto profissional crítico e comprometido com a emancipação humana. Nesse sentido, o método possibilita ir além das aparências e desvelar as múltiplas determinações que atravessam a organização da formação em Serviço Social no Brasil, especialmente durante os anos 1990.

A opção por esse método também expressa o compromisso com uma perspectiva crítica da pesquisa, entendida não como um exercício neutro ou meramente descritivo, mas como uma prática teórica engajada. A teoria, nesse horizonte, não é apenas instrumento de interpretação do mundo, mas de sua transformação, articulando-se à práxis social. Como destaca Netto (2011), trata-se de um instrumental teórico capaz de identificar as determinações estruturais da realidade social e de orientar a análise de seus movimentos contraditórios, inclusive no âmbito da formação e da atuação política dos estudantes.

Além disso, adota-se uma abordagem qualitativa, que visa à compreensão dos sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas experiências de militância no MESS e à sua participação nos processos de democratização da ABEPSS e na formulação das Diretrizes Curriculares de 1996. A investigação parte do reconhecimento de que toda pesquisa está ancorada em pressupostos ontológicos e epistemológicos – isto é, em concepções sobre a sociedade, o ser humano, a "questão social" e a própria função do conhecimento. Ao explicitar essas bases, a pesquisa reafirma sua vinculação ao projeto de uma ciência social crítica e historicamente situada.

A produção do conhecimento, neste contexto, se inscreve como parte de uma prática social mais ampla, vinculada às lutas históricas por direitos, democracia e justiça social. Assim, retoma-se a concepção de pesquisa como prática teórica voltada à transformação, conforme expressa Minayo (2010, p. 16): “nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”.

A investigação adotou abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e empírica, centrada na realização de entrevistas semiestruturadas³. A opção pelas entrevistas justifica-se pela centralidade dos sujeitos na reconstrução dessa história. Militantes do MESS, protagonistas desse processo, puderam relatar como a vivência estudantil influenciou sua formação, prática profissional e participação na formulação coletiva da política de formação. O

³ Por envolver seres humanos, a pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIOESTE, em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, tendo sido aprovada previamente, com a devida elaboração dos documentos exigidos (Apêndices 2 e Anexo I). Embora não haja remuneração, a participação dos sujeitos é valorizada por meio do compromisso com a produção de um conhecimento socialmente referenciado, que contribua para a formação profissional crítica e para o fortalecimento das lutas em defesa dos direitos sociais.

roteiro (Apêndice 1) contemplou a trajetória militante, a organização das entidades estudantis (SESSUNE/ENESSO) e a inserção nas direções da ABEPSS e do CFESS.

A amostra inicial desta pesquisa foi composta por 114 profissionais que estiveram vinculados à ABEPSS⁴ e/ou ao CFESS dentro do recorte temporal definido para a pesquisa. Após a aplicação dos critérios de seleção sendo eles sujeitos que: militaram no Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) durante a década de 1990; participam de mais de uma gestão do CFESS ou da ABEPSS entre 2005 e 2023; ter integrado simultaneamente gestões de ambas as entidades; ou ter exercido a presidência da SESSUNE/ENESSO seguida de participação no CFESS e/ou na ABEPSS. Foram identificados 13 sujeitos que atendiam a esses requisitos.

Desses 13 sujeitos, foi possível realizar entrevistas com 9. Os quatro profissionais restantes não participaram da etapa de entrevistas devido à ausência de retorno ao convite ou a conflitos de agenda que inviabilizaram a realização dentro do prazo estabelecido pela pesquisa.

As narrativas produzidas a partir dessas entrevistas serão apresentadas e discutidas ao longo dos capítulos, articulando-se com a análise documental e com o referencial teórico para compor a interpretação dos dados desta pesquisa. Essa estratégia permitirá que a trajetória dos sujeitos e suas contribuições sejam gradualmente incorporadas à discussão, enriquecendo a compreensão do contexto histórico e político em que se insere o objeto de estudo.

No perfil dos entrevistados, observa-se a predominância marcante de oriundos da região Nordeste, especialmente da Universidade Estadual do Ceará (UECE), que se consolidou como um polo de efervescência política e formativa do movimento estudantil em Serviço Social. Essa concentração geográfica indica uma articulação regional significativa, capaz de exercer protagonismo nas disputas em torno da formação profissional crítica e de tensionar a histórica centralidade das regiões Sudeste e Sul na produção acadêmica da área.

O período de atuação predominante corresponde à década de 1990, marcada por intensas transformações no campo da educação superior e da prática profissional em Serviço Social no Brasil, especialmente no contexto pós-Constituição Federal de 1988. Esse foi um momento estratégico de transição curricular, no qual se buscava superar a tradição conservadora do ensino da profissão, marcada pelo tecnicismo e pela segmentação das práticas profissionais. Nesse cenário, os sujeitos desta pesquisa desempenharam papel ativo na crítica ao currículo conservador, participando das discussões sobre a necessidade de uma formação que articulasse

⁴ Devido ao reduzido acesso público às informações completas sobre as composições das gestões da ABEPSS, foi necessário realizar um levantamento específico, sendo possível identificar apenas as presidências e as coordenações de graduação e pós-graduação no período delimitado.

teoria e prática de forma crítica e comprometida com a realidade social. Além disso, engajaram-se no processo de elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais de 1996, contribuindo para a construção de parâmetros que reafirmassem a dimensão ética, política e social do Serviço Social, consolidando a perspectiva de uma profissão orientada pela justiça social e pela transformação das relações sociais.

A maioria expressiva esteve vinculada à Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e ao Sistema de Executivas e Federações de Curso de Serviço Social (SESSUNE), confirmando a centralidade dessas articulações como canais privilegiados de diálogo com a ABEPSS. Essas entidades estudantis desempenharam papel estratégico na formulação de críticas ao tecnicismo, na defesa da democratização da formação e na disputa política com a União Nacional dos Estudantes (UNE). No que se refere à inserção político-partidária, verificou-se predominância de filiações a partidos de esquerda, como PT, PDT e PSTU, o que aponta para a influência dessas forças políticas na formação militante dos sujeitos. Contudo, também se identificou pluralidade de experiências e trajetórias não necessariamente vinculadas organicamente a partidos, evidenciando a amplitude do campo de alianças e a autonomia relativa do movimento estudantil, ainda que alinhado a projetos societários comprometidos com a justiça social, a reforma universitária e a democratização da formação profissional.

A trajetória desses sujeitos confirma que o movimento estudantil em Serviço Social foi historicamente ancorado em práticas políticas vinculadas à esquerda, sem que isso implicasse subordinação partidária. Essa inserção expressava um projeto contra-hegemônico comprometido com a transformação social e com a consolidação do projeto ético-político da profissão. A centralidade do Nordeste nesse processo, sobretudo a partir da UECE, revela não apenas vigor político, mas também a inversão da lógica tradicional que privilegiava o protagonismo das regiões Sudeste e Sul. Atuando desde uma base estudantil organizada, esses sujeitos tensionaram a própria direção da ABEPSS, defendendo maior abertura à participação discente e o aprofundamento do debate crítico sobre a formação profissional.

O recorte temporal da década de 1990 configura-se como marco histórico de rearticulação teórica e política do Serviço Social brasileiro, atravessado pela crise do socialismo real e pela ofensiva neoliberal. Nesse contexto, os estudantes não apenas resistiram aos retrocessos impostos, mas também atuaram como sujeitos ativos na construção de respostas políticas e acadêmicas, contribuindo para o fortalecimento do projeto ético-político e para a defesa intransigente dos direitos sociais.

A análise das entrevistas baseou-se na técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011), permitindo sistematizar os discursos e extrair significados a partir das falas dos sujeitos. A metodologia revelou-se eficaz para captar as múltiplas dimensões e complexidades da experiência militante e sua relação com a política de formação.

Nesse contexto, almeja-se que esta pesquisa contribua para o ambiente acadêmico, bem como para a formação e prática profissional no campo do Serviço Social, ao mesmo tempo em que o debate se posiciona como uma forma de produção de conhecimento voltado para a intervenção profissional. Da mesma forma, espera-se que possa influenciar os espaços políticos e deliberativos, aumentando a visibilidade dessa demanda, o que, por sua vez, fornecerá subsídios para a elaboração de legislação social e o fortalecimento dos serviços sociais de natureza pública.

Movimento

Há um movimento
perfilando
em cada canto,
fustigando a voz
que foi abafada.

Há um movimento
se refazendo
debaixo do caldeirão,
aquecendo o dia que
será festejado
do amanecer até o anoitecer.

Há um movimento
das consciências
negras
se encontrando no mesmo terreiro,
no mesmo barraco
e tomando banho no mesmo rio.

(...)

CAPÍTULO 1 CAMINHO PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: AS RAÍZES HISTÓRICO-POLÍTICAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL EM SERVIÇO SOCIAL

O movimento estudantil é expressão de conflitos próprios das formações sociais marcadas por desigualdades, e sua conformação enquanto sujeito político está profundamente relacionada a um longo histórico de luta, resistência e organização que reflete as complexas transformações sociais e políticas da sociedade brasileira. Ao situar o movimento estudantil de Serviço Social — desde os primeiros movimentos por democratização social até a consolidação do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) — no campo da política de formação profissional, especialmente durante os anos 1990, é necessário compreender suas raízes histórico-políticas e sua inserção nas lutas mais amplas pela democratização da sociedade. Tal história atravessa momentos de efervescência política, repressão e retomada da mobilização, articulando o compromisso ético-político da profissão com a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

No caso do Brasil, essa luta é atravessada pelas particularidades do processo de construção histórica da nação, cujo desenvolvimento foi sustentado por uma lógica de dominação de classe, patriarcal, racista e autoritária, articulada a formas específicas de modernização conservadora. Trata-se de um processo forjado em meio às contradições do desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil, onde os sujeitos sociais historicamente subalternizados buscaram, por meio da ação coletiva, afirmar sua presença na cena pública e disputar os rumos da sociedade. Nesse contexto, a trajetória do movimento estudantil brasileiro expressa a tensão entre processos de dominação e resistência, sendo protagonizado por sujeitos coletivos que enfrentam as determinações estruturais com base em projetos políticos distintos.

A luta pela democratização das relações sociais no Brasil não pode ser dissociada de seu percurso histórico, marcado pela colonização, escravização e pela consolidação de um capitalismo dependente e excludente. Desde o período colonial, o projeto português esteve orientado para a extração de riquezas e o uso intensivo do trabalho escravizado, sem compromisso com a construção de uma sociedade plural e igualitária. Como analisa Silva (2022), a colonização brasileira se insere diretamente no processo de acumulação primitiva do capital, subordinando a economia e a vida social às demandas do mercado externo e estruturando as bases de concentração de terra, riqueza e poder nas mãos de uma elite restrita.

A abolição formal da escravidão, longe de significar inclusão social, ocorreu por meio de uma modernização conservadora. Conforme analisa Moura (2014), tratou-se de uma atualização econômica que preservou os privilégios senhoriais, excluindo a população negra do

acesso ao trabalho qualificado e relegando-a a posições precarizadas. Behring e Boschetti (2008) caracterizam essa passagem como “não clássica”, pois se deu em conciliação com a aristocracia agrária, sem enfrentar as estruturas históricas de concentração de poder. Para Iamamoto (2014), essa modernização articulou dominação imperialista e desigualdade interna, aprofundando a concentração social, regional e racial de renda, prestígio e poder.

A transição para o trabalho livre preservou privilégios senhoriais e consolidou um padrão de desenvolvimento subordinado ao capital estrangeiro. Nesse contexto, o Estado republicano se estruturou mantendo a ampla maioria da população — especialmente a negra e pobre — fora do acesso a direitos civis, sociais e políticos. O mito da democracia racial⁵, como destaca Silva (2022), funcionou como ideologia legitimadora dessa desigualdade, ao sugerir que a miscigenação equivaleria à igualdade social, invisibilizando a persistência das desigualdades raciais e de classe.

Trata-se, portanto, de um processo histórico sustentado por uma lógica de dominação de classe, patriarcal, racista e autoritária, articulada a formas específicas de modernização conservadora. O desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil impôs limites estruturais à participação política popular, mas também engendrou sujeitos sociais historicamente subalternizados que, por meio da ação coletiva, buscaram afirmar sua presença na cena pública e disputar os rumos da sociedade. A trajetória do movimento estudantil brasileiro expressa essa tensão entre dominação e resistência, protagonizada por coletivos que enfrentaram as determinações estruturais com projetos políticos distintos.

Tal herança histórica não apenas limitou as possibilidades de participação política, como também moldou os espaços de formação profissional, inclusive no Serviço Social. Até meados da década de 1970, a formação e a prática profissional eram fortemente influenciadas por concepções conservadoras, reproduzindo a ordem vigente. Entretanto, com a ascensão de movimentos sociais urbanos e rurais e sob o impacto das lutas pela redemocratização no final da ditadura empresarial-militar (1964-1985), emergiu o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, que passou a defender a vinculação da profissão aos interesses da classe trabalhadora e à transformação social. É nesse contexto que o Movimento Estudantil em Serviço

⁵ O mito da democracia racial é uma construção ideológica que difunde a ideia de que, no Brasil, todos seriam iguais e teriam as mesmas oportunidades, usando a miscigenação como prova de harmonia racial. Essa noção, ao negar a existência de desigualdades raciais estruturais, invisibiliza a herança de quase quatro séculos de escravização, a ausência de medidas compensatórias no pós-abolição e as estratégias de imobilismo social que marginalizaram a população negra (MOURA, 1988). Como aponta Almeida (2018), trata-se de um mecanismo que, ao naturalizar tais desigualdades, serve para legitimar a exclusão e desresponsabilizar o Estado, deslocando para o indivíduo a culpa por sua condição social.

Social se fortalece como espaço de formação política e de articulação com as lutas mais amplas pela democratização do país.

Sob o regime autoritário, o MESS enfrentava repressão direta e vigilância institucional, mas também encontrou nas entidades nacionais — como a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) — um instrumento para debater e intervir nos rumos da formação profissional. As pautas estudantis incorporavam demandas centrais do período, como a defesa das liberdades democráticas, a ampliação do acesso à educação pública e gratuita e a participação ativa na construção de um projeto de país mais justo.

A relação entre a história estrutural de exclusão e a atuação do MESS é direta: o enfrentamento ao elitismo e ao racismo estruturais, herdados da ordem colonial e reafirmados pela ditadura, convergiu com a luta pela abertura política e pela ampliação de direitos. Os estudantes de Serviço Social compreenderam que a democratização das relações sociais passava por uma ruptura com as bases autoritárias do Estado brasileiro, exigindo a presença ativa da juventude e das forças progressistas no processo constituinte.

A Constituição de 1988 representou um marco desse processo, incorporando conquistas importantes fruto da pressão dos movimentos sociais e estudantis. Contudo, como evidenciam os limites impostos pela correlação de forças, a plena democratização permaneceu inacabada, pois o texto constitucional foi elaborado dentro de um pacto que preservou privilégios históricos e manteve intactas as estruturas de desigualdade. Ainda assim, o papel desempenhado pelo MESS e pelo conjunto do movimento estudantil foi fundamental para inscrever no debate público e na agenda política a defesa de uma sociedade mais igualitária, articulando a formação profissional do assistente social ao compromisso ético-político com a transformação social.

Portanto, o Capítulo 1 deste trabalho, intitulado *CAMINHO PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: AS RAÍZES HISTÓRICO-POLÍTICAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL EM SERVIÇO SOCIAL*, busca apresentar os elementos histórico-sociais que conformam as bases da participação política estudantil no Brasil, com ênfase no Serviço Social. Parte-se da compreensão do movimento estudantil enquanto sujeito político e coletivo de resistência, analisando suas mediações com os projetos societários em disputa, e destacando a constituição do MESS como expressão organizada, autônoma e crítica do segmento estudantil frente à formação profissional e à conjuntura social e política. A análise articula aspectos da formação da sociedade brasileira, da educação e da conformação do campo político e ideológico do movimento estudantil.

Para tanto, serão discutidos, na seção 1.1, o movimento estudantil como sujeito político e coletivo de resistência. Também se analisa a centralidade da educação como espaço de disputa de projetos societários e como terreno de formação política da juventude.

Já na seção 1.2, busca-se historicizar a participação dos estudantes de Serviço Social no processo de democratização social do país, resgatando sua participação em entidades como a UNE e, é compreender como esse protagonismo contribuiu para o surgimento do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), uma expressão organizada, autônoma e crítica do segmento estudantil frente à formação profissional e à conjuntura social e política do período.

1.1 O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO SUJEITO POLÍTICO E COLETIVO DE RESISTÊNCIA

A constituição do movimento estudantil como sujeito político exige compreendê-lo como parte das lutas sociais que atravessam o processo de formação da sociedade brasileira. Em sua essência, o movimento estudantil é um sujeito coletivo que emerge das contradições do sistema educacional e da estrutura social, tensionando os processos de dominação por meio da organização política dos estudantes.

O termo sujeito político refere-se a coletividades ou indivíduos que, conscientes de seus interesses e de sua posição nas relações sociais, organizam-se para intervir na realidade, influenciando decisões, disputando projetos e buscando transformações nas estruturas de poder. Segundo Gohn (1995, 1997), os sujeitos políticos se constituem a partir de experiências comuns e da identificação em torno de causas específicas, adquirindo capacidade de mobilização e ação coletiva. Nessa mesma direção, Gramsci (1978) compreende o sujeito político como parte de um processo histórico mais amplo, em que grupos sociais, ao tomarem consciência de sua condição, atuam na construção de um projeto contra-hegemônico. Assim, o movimento estudantil, enquanto sujeito político, atua na arena pública não apenas para reivindicar melhorias no campo educacional, mas também para defender e ampliar direitos, articulando-se a outras forças sociais na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Behring e Boschetti (2009) ressaltam que a política social é expressão da luta de classes, na qual o Estado exerce papel central na mediação dos conflitos entre diferentes grupos sociais. Voltadas à redução das desigualdades socioeconômicas e à garantia de condições mínimas de dignidade e cidadania, tais políticas demandam o envolvimento ativo da sociedade civil em sua formulação, implementação e avaliação, configurando-se como espaço de disputas e

negociações. Elaboradas no cotidiano social, refletem o contexto histórico e as estruturas políticas vigentes, incorporando valores e interesses que traduzem relações de poder. Nessa perspectiva, o acesso a serviços essenciais, como saúde e educação, deve ser compreendido como direito universal assegurado pelo Estado, fruto de lutas sociais e não como privilégio. Nesse processo, atores coletivos como o movimento estudantil se constituem como sujeitos políticos, ao atuarem na defesa, ampliação e efetivação desses direitos.

Behring e Boschetti (2009) destacam que a política social deve ser compreendida como um campo dinâmico de disputas sociais e políticas, no qual o Estado atua como mediador das contradições da luta de classes. Para as autoras, a formulação, implementação e avaliação das políticas sociais demandam o protagonismo ativo da sociedade civil, de modo a garantir a efetividade dos direitos sociais e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Elas ressaltam que a política social não pode ser reduzida a um conjunto de ações assistencialistas ou fragmentadas, mas precisa ser entendida em sua dimensão histórica, refletindo as condições concretas de desigualdade e exclusão, bem como os valores e interesses que atravessam as relações de poder.

Nesse sentido, Behring e Boschetti (2009) alertam para os riscos do avanço das agendas neoliberais, que promovem a desregulamentação do Estado e a mercantilização dos serviços públicos, enfraquecendo o controle social e aprofundando as desigualdades sociais. Portanto, a atuação crítica e organizada dos sujeitos coletivos, como o movimento estudantil, torna-se fundamental para defender e ampliar os direitos sociais, reafirmando o papel estratégico do Estado na promoção do bem-estar social e na regulação da economia em benefício da maioria da população.

No cenário neoliberal, marcado pela redução de direitos, precarização do trabalho e segmentação das políticas sociais, torna-se cada vez mais difícil estabelecer uma política social pública eficaz para enfrentar a “questão social”⁶.

É importante refletir sobre a ideologia neoliberal que, ao demonizar a intervenção estatal, promove a despolitização da sociedade civil, idealizando o chamado “terceiro setor” como espaço neutro entre Estado e mercado, o que Freire e Cortes (2020, p. 32) qualificam como uma mitologia. A idealização desse “terceiro setor” como espaço neutro oculta interesses econômicos e ideológicos, despolitiza a sociedade e enfraquece os mecanismos democráticos

⁶ De acordo com Netto (1992), o termo “Questão Social” na segunda metade do século XIX passa a ser usado pelos conservadores, como forma de manutenção da classe burguesa. Assim, a “Questão Social” perde seu caráter histórico, passando a ser naturalizada no âmbito do pensamento conservador. A partir do ano de 1848, o pensamento revolucionário passou a identificar na expressão “Questão Social” uma tergiversação conservadora, e só passou a utilizar o termo com diferenciação, as aspas.

de controle social. A demonização indiscriminada da intervenção estatal ignora seu papel essencial na promoção do bem-estar social, na regulação econômica e na defesa dos direitos. Tal narrativa pode gerar consequências graves, como a insuficiência de proteção social, o aumento das desigualdades e a exploração de recursos. É, portanto, fundamental questionar criticamente essa ideologia, reconhecendo que Estado, mercado e sociedade civil são atravessados pela luta de classes e devem contribuir, de forma articulada, para a construção de uma sociedade justa e democrática.

No Brasil, importantes mudanças foram lideradas por novas elites políticas que promoveram reformas abrangentes nas esferas política, trabalhista e constitucional, transformando o país de uma economia centrada no comércio para uma economia competitiva. Ao longo das últimas décadas, essas elites concentraram esforços para transitar de uma sociedade predominantemente agrária para uma realidade urbana e industrial, implementando reformas estruturais no Estado, na política democrática e nos direitos laborais. Esse processo permitiu ao Brasil emergir como a oitava maior economia industrial do mundo, experimentando crescimento significativo. Contudo, tal trajetória foi desafiada pela ascensão do neoliberalismo durante a segunda onda de globalização, substituindo o modelo anterior de capitalismo regulado e colocando em questão o desenvolvimento nacional (Pochmann, 2017).

Nesse contexto, a política educacional, assim como as políticas sociais, passou a ser progressivamente mercantilizada, com impactos profundos para a sociedade e para a formação dos indivíduos. Leher (2021) destaca o avanço do capital no setor educacional brasileiro a partir de 2008, impulsionado pelo protagonismo dos fundos de investimento. A privatização dos serviços públicos, incluindo a educação, é reforçada por reformas administrativas do Estado, impondo a lógica de mercado em lugar do bem público. Esse processo, associado à descentralização estatal, agrava desigualdades na distribuição de recursos e compromete o caráter universal da educação.

A intensificação dos processos de privatização dos serviços públicos, sobretudo da educação, e a consequente mercantilização das políticas sociais impõem desafios estruturais ao projeto democrático e emancipatório na contemporaneidade. Nesse cenário, torna-se imperativo situar a educação no âmago das relações sociais capitalistas, compreendendo sua função enquanto aparato ideológico de reprodução das estruturas hegemônicas. Mészáros (2005) problematiza essa dimensão ao apontar que, sob o jugo do capital, a educação é reduzida a um mecanismo de reprodução social, tendo seu conteúdo emancipatório sistematicamente esvaziado, o que compromete sua capacidade transformadora.

Em consonância, Paulo Freire (1996) enfatiza a indissociabilidade entre educação e política, defendendo que a prática pedagógica é intrinsecamente situada e, portanto, nunca neutra. A educação pode, assim, ser instrumentalizada tanto como instrumento de domesticação e conformismo, quanto como vetor de libertação e produção de consciência crítica, conforme delineado em seu projeto pedagógico. Para Freire (1996), educar é instaurar uma prática dialógica que habilite o educando a se constituir como sujeito histórico autônomo e crítico, capaz de intervir na realidade. Ele assevera que “a educação não vira política por causa da decisão deste ou daquele educador. Ela é política e sua raiz se acha na própria educabilidade do ser humano”, destacando que a verdadeira liberdade educativa se manifesta mediante o exercício responsável da autonomia, amparada por limites éticos que orientam a ação consciente.

No contexto brasileiro, Florestan Fernandes (1989) realiza uma crítica contundente ao sistema educacional, caracterizado por sua estrutura elitista e excludente, que perpetua desigualdades de classe e raça. Para o autor, a escola tem historicamente servido como instrumento de reprodução dos interesses das classes dominantes, consolidando uma função conservadora na formação da juventude, especialmente da população negra, indígena e de baixa renda. Fernandes (1989) alerta para o perigo de uma instituição educacional desprovida de compromisso comunitário e coletivo, a qual “deseduca a todos”, evidenciando a necessidade premente de se constituir uma escola enquanto comunidade educacional engajada, capaz de fomentar a emancipação social.

Frente a tais condicionantes, a defesa e a reafirmação de uma educação pública, crítica e emancipadora assumem contornos estratégicos para a superação das contradições da ordem capitalista. Apenas por meio de uma pedagogia que articule teoria e prática, crítica e ação, será possível constituir o estudante enquanto sujeito histórico e agente efetivo de transformação social, condição indispensável para a construção de uma sociedade democrática, plural e justa.

Portanto, reconhecer o papel fundamental do Estado é essencial para resistir às tentativas neoliberais de desacreditar a intervenção estatal e despolitizar a sociedade civil. Estado, mercado e sociedade civil são atravessados pela luta de classes e possuem papéis cruciais na construção de uma sociedade mais justa e democrática. A formação do sujeito político, portanto, não pode ser pensada de forma descolada das mediações concretas da luta de classes.

Nesse contexto, o movimento estudantil destaca-se como sujeito político pois pode influenciar na transformação das estruturas sociais e políticas. Através da mobilização e articulação, os estudantes contribuem para a formulação de políticas que promovem justiça social e direitos sociais.

Nesse sentido, a atuação do movimento estudantil como sujeito político está diretamente ligada a essa perspectiva, pois sua mobilização e organização buscam justamente transformar as estruturas sociais e políticas que reproduzem desigualdades e exclusões. A educação crítica e emancipadora torna-se um instrumento central para a construção de uma cidadania ativa e para a resistência contra as forças conservadoras e neoliberais que buscam restringir direitos e privatizar serviços públicos.

No Brasil, o movimento estudantil surge como uma das expressões dessa contradição, historicamente presente nos principais momentos de enfrentamento à ordem autoritária. Desde as mobilizações contra o Estado Novo nos anos 1930, passando pela resistência à ditadura empresarial-militar (1964–1985), o movimento estudantil construiu-se como um dos principais sujeitos políticos da cena nacional, articulando lutas por democracia, direitos sociais e transformação estrutural da sociedade.

Um marco significativo para o movimento estudantil foi a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1937, na cidade do Rio de Janeiro. A UNE surgiu como uma resposta à necessidade de organizar os estudantes em torno de um projeto de desenvolvimento nacional e de defender os direitos e interesses da classe estudantil. Ao longo das décadas seguintes, a UNE se consolidou como uma entidade representativa de peso, atuando em diversas frentes de luta e mobilização social. A entidade teve um papel fundamental em momentos históricos como a luta contra a ditadura militar e as manifestações em prol da redemocratização do país.

Outro momento importante para o movimento estudantil brasileiro foi a criação da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) em 1948. A UBES surge em um contexto de efervescência política e social, buscando representar os interesses dos estudantes de ensino médio e técnico. A entidade desempenhou um papel crucial na luta contra a repressão e na defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos.

A partir da década de 1960, o movimento estudantil brasileiro se intensificou, engajando-se em diversas lutas políticas e sociais. A mobilização dos estudantes contra o regime militar, que se instaurou no país em 1964, foi um dos momentos mais emblemáticos da história do movimento estudantil. Os estudantes foram às ruas, enfrentando a repressão e lutando pela redemocratização do Brasil. Durante esse período, surgiram diversos grupos e organizações estudantis que se destacaram pela resistência e pela defesa dos direitos democráticos.

Após a redemocratização do país na década de 1980, o movimento estudantil continuou a desempenhar um papel relevante nas lutas sociais e políticas. A defesa da educação pública, gratuita e de qualidade permaneceu como uma das principais bandeiras do movimento. Além

disso, os estudantes se engajaram em questões como a luta por direitos civis, a defesa do meio ambiente, a igualdade de gênero e a justiça social.

Compreende-se que o Movimento Estudantil (ME) é um sujeito histórico cuja função social se altera conforme a conjuntura, as condições concretas vivenciadas pelos estudantes, as concepções políticas de suas lideranças e suas articulações com outros movimentos sociais, partidos e sujeitos coletivos (Ramos; Santos, 1997). Dessa forma, o ME é um espaço dinâmico de mobilização que transita entre reivindicações específicas e lutas por mudanças sociais estruturais, articulando-se para ampliar sua influência política e social.

Como lembra Hobsbawm (1998), toda ação social se ancora em um passado histórico, que serve como referência, mesmo quando é para ser rejeitado. Assim, o movimento estudantil carrega uma memória de lutas, articulações e vitórias, atuando como catalisador de disputas sociais mais amplas e expressando interesses da classe trabalhadora. Essa atuação se dá tanto no plano imediato — na defesa de pautas estudantis — quanto em questões estruturais relacionadas à democracia, à igualdade e aos direitos sociais.

O Movimento Estudantil, como expressão da participação política e cívica dos estudantes, atua na defesa dos interesses da classe trabalhadora e na luta por transformações sociais, organizando-se estrategicamente para manter uma postura crítica e combativa. Sua eficácia política reside não apenas na participação, mas na capacidade de questionar, exigir responsabilidade e promover ações coletivas que fortaleçam os alicerces da democracia e ampliem as oportunidades para uma sociedade mais igualitária (Ramos; Santos, 1997).

Historicamente, as políticas sociais são um campo de batalha onde os movimentos sociais expressam suas demandas e onde a classe trabalhadora busca assegurar suas conquistas. Raichelis (2013) enfatiza que essas políticas resultam das pressões e mobilizações populares em resposta às necessidades básicas, refletindo a luta e as conquistas dos movimentos sociais, ainda que de modo insuficiente e limitado.

A educação, nesse quadro, é reconhecida não só como direito fundamental, mas como instrumento essencial para a transformação social. O movimento estudantil brasileiro, movimento social liderado por jovens estudantes, historicamente protagonizou batalhas pela democratização e pela qualidade da educação pública. Seu envolvimento político e social se intensificou desde o século XIX, ganhando maior expressão com a criação de instituições educacionais e o crescimento das demandas por qualificação técnica e intelectual.

Gohn (1995) destaca o papel inovador e crítico dos movimentos sociais na contestação das estruturas estabelecidas, propondo novas formas de organização social. Esses movimentos

configuram-se como agentes fundamentais na formação da cidadania e na disputa pelos espaços de poder ao longo da história brasileira.

Segundo Gohn (1997), o movimento social é a ação histórica dos grupos sociais. Trata-se de uma das categorias da Dialética, ou seja, o movimento das coisas, grupos e categorias sociais, em oposição à estática. É a ação de uma classe em movimento, e não apenas um movimento específico da classe.

O movimento social representa a ação dos homens na história, possibilitando a transformação da sociedade. Essas mudanças ocorrem porque diferentes grupos possuem interesses antagônicos e passam a lutar para que suas causas sejam aceitas. Assim, buscam conquistas ou resistem a mudanças que possam deturpar os interesses já alcançados.

São, portanto, ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos, provenientes de diferentes classes e camadas sociais, que geram inovações nas esferas públicas.

O movimento estudantil é, assim, um movimento social que traduz a ação coletiva de um segmento social — a juventude estudantil — que utiliza sua posição no espaço acadêmico para construir práticas políticas capazes de contestar e transformar a sociedade. Essa atuação reflete um conjunto de teorias críticas que permeiam sua ação, como por exemplo a perspectiva gramsciana de construção de contra-hegemonia, em que o conhecimento e a ação política caminham juntos para enfrentar o status quo, desafiando a hegemonia cultural dominante e propondo projetos alternativos de organização social. (Ramos, 2005).

O movimento estudantil atua como um espaço de produção de subjetividades políticas críticas, de formação de lideranças e de resistência. A importância desses espaços se evidencia na consolidação de lideranças comprometidas com a transformação social e na construção de redes de mobilização que atravessam tempos e contextos políticos distintos. A importância desses espaços se evidencia na formação de lideranças comprometidas com a transformação social e na construção de redes de mobilização que atravessam o tempo e os contextos políticos. Como afirma Abramides (2021), a continuidade das lutas estudantis está diretamente ligada à capacidade desses sujeitos de articular resistência unificada frente às ameaças atuais da onda ultraneoliberal e conservadora.

No âmbito educacional, isso lança luz sobre os esforços realizados para conquistar e assegurar os direitos que desfrutamos atualmente, destacando também o papel de cada indivíduo como sujeito de transformação de seu próprio destino e do contexto social ao qual

pertence. Portanto sujeito de ação política ⁷que traz em sua essência a democracia, representando a voz e a vontade dos cidadãos em moldar o destino de suas sociedades.

Desde o indivíduo que exerce seu direito ao voto até os grupos organizados que lutam por mudanças sociais, cada agente político desempenha um papel crucial na construção e na manutenção de sistemas políticos justos e inclusivos. No entanto, a eficácia desse sujeito não reside apenas na participação, mas também na capacidade de questionar, exigir responsabilidade e promover ações que levem ao avanço coletivo. É através desse engajamento ativo e consciente que se fortalecem os alicerces da democracia e se ampliam as oportunidades para uma sociedade mais igualitária e democrática. Neste sentido

Partimos da compreensão de que o ME tem caráter histórico e, nesse sentido, seu papel social altera-se de acordo com a conjuntura, as condições concretas vivenciadas pelos(as) estudantes, as ideologias e concepções políticas que permeiam suas lideranças e as articulações que o movimento estabelece com outros MS's, partidos políticos e demais sujeitos coletivos. (Ramos; Santos, 1997).

A formação do sujeito político não pode ser pensada de forma descolada das mediações concretas da luta de classes e das condições sociais vigentes. Nesse sentido, a perspectiva marxiana sobre a emancipação humana contribui para a compreensão do papel do movimento estudantil enquanto sujeito político. Tonet (2013) argumenta que a cidadania, tal como concebida na sociedade capitalista, está condicionada pelas relações sociais dominantes, não podendo ser entendida como neutra ou universal. Para o autor, a educação só pode cumprir um papel verdadeiramente emancipador se estiver articulada a um projeto político que busque superar bases materiais e sociais do capitalismo.

A alienação, categoria central para a compreensão dessa perspectiva, refere-se ao processo pelo qual os trabalhadores perdem o controle sobre sua própria vida, tornando-se subordinados às forças sociais que dominam a produção. No modo de produção capitalista, essa alienação manifesta-se na separação dos trabalhadores dos meios de produção, que transforma o trabalho em mercadoria e subordina os indivíduos aos interesses do capital.

Entender a emancipação humana implica reconhecê-la como um processo histórico e coletivo que transcende a esfera econômica, envolvendo também transformações políticas e culturais das estruturas sociais que sustentam a opressão e a exploração. O trabalho, nesse

⁷ Entendemos ação política como um processo histórico, humano, intencional e criador, capaz de possibilitar uma reflexão crítica acerca da realidade, que se concretiza em múltiplas esferas da vida cotidiana (MS's, partidos políticos etc.), e em diversos níveis (econômico, ideológico, cultural, social), influenciando nas esferas pública e privada. (Ramos; Santos, 1997)

quadro, é a base das relações sociais e da sociabilidade. Tonet (2013) destaca que a atividade produtiva é o ponto de partida para o desenvolvimento das relações sociais, pois é por meio do trabalho que as pessoas se relacionam entre si e com o meio natural. A sociabilidade se forma a partir das relações sociais estabelecidas no processo produtivo, que envolvem cooperação, divisão do trabalho, solidariedade e conflito. Assim, a educação deve preparar sujeitos críticos, capazes de compreender essas relações e atuar na construção de uma sociabilidade justa e democrática.

Pensar a emancipação humana como nova forma de sociabilidade implica transformar a organização do trabalho, superando a divisão social do trabalho que sustenta a exploração e hierarquização social. Em seu lugar, Tonet (2013) defende o desenvolvimento do trabalho cooperativo e autogerido, em que os trabalhadores tenham controle direto sobre o processo produtivo e possam decidir democraticamente sobre a distribuição dos frutos do trabalho. Essa nova forma de trabalho é condição para a construção de uma sociabilidade livre da exploração e orientada pelas necessidades humanas.

Karl Marx desenvolveu conceitos fundamentais sobre o trabalho associado, alienação e a distinção entre o reino das necessidades e o reino da liberdade, que são interpretados e aprofundados por Tonet (2013). Segundo a interpretação de Tonet, o trabalho associado, para Marx, seria a forma de organização coletiva e autogerida pelos trabalhadores, sem exploração capitalista, em que eles controlam os meios de produção e os frutos do seu trabalho. Essa organização representa a superação da alienação e das contradições do sistema capitalista, abrindo caminho para a construção de uma sociedade socialista, em que a produção atende às necessidades da coletividade, e não aos lucros de uma minoria privilegiada.

No plano econômico, Tonet (2013) interpreta a distinção marxista entre o reino das necessidades e o reino da liberdade como modos diferentes de organização social: no capitalismo, o reino das necessidades é regulado pelo mercado e pela lógica do lucro, satisfazendo os desejos e necessidades conforme a capacidade de consumo dos indivíduos. A liberdade é entendida como resultado da acumulação de riquezas e do acesso a bens e serviços que possibilitam a realização dos desejos individuais. Já no comunismo, o reino das necessidades é uma responsabilidade coletiva, garantindo o atendimento igualitário das necessidades básicas de todos, possibilitando a liberdade como realização plena dos interesses individuais em um contexto de igualdade social.

Por fim, Tonet (2013) ressalta a importância da educação enquanto prática social e política para a emancipação humana. A educação deve formar indivíduos críticos e reflexivos,

aptos a compreender e transformar a realidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Compreende-se, assim, que o movimento estudantil, enquanto sujeito político e coletivo de resistência, desempenha papel fundamental na mobilização para a transformação das estruturas sociais e políticas que reproduzem desigualdades e exclusões, atuando em defesa de uma educação crítica, emancipadora e comprometida com a justiça social.

O MESS tem se consolidado historicamente como um sujeito político relevante, articulando formação crítica, disputa de projeto profissional e enfrentamento às contradições próprias da sociabilidade capitalista. A literatura recente destaca que a participação estudantil, quando compreendida em sua dimensão organizativa e coletiva, ultrapassa os limites da universidade e contribui para a construção de consciência política e para o engajamento na luta de classes.

Zanelli (2023) observa que o interesse em estudar o MESS é frequentemente atravessado pela experiência militante das pesquisadoras e dos pesquisadores que o compõem. A autora afirma que sua investigação deriva da “participação enquanto sujeito coletivo na busca da superação das formas de opressão” (ZANELLI, 2023, p.1). Tal afirmação evidencia que o movimento estudantil constitui também um espaço de elaboração subjetiva e política, capaz de fomentar leituras críticas da realidade social e da própria formação profissional.

No levantamento que realiza sobre os Trabalhos de Conclusão de Curso voltados ao tema, Zanelli demonstra que a militância estudantil figura como um dos elementos que impulsionam o desenvolvimento da consciência crítica. Ao justificar a escolha dos TCC's como fonte, destaca que esse é um momento em que a estudante se encontra “potencialmente, em um momento de militância política e imersão investigativa” (ZANELLI, 2023, p. 23). Isso reforça a compreensão de que o MESS atua como importante mediador da formação política na graduação e evidenciam que o movimento estudantil estimula a apropriação teórico-crítica da profissão. Revela-se que a resistência construída pelo movimento estudantil não se limita à participação em eventos, assembleias ou instâncias formais de representação. Ao contrário, expressa-se como processo formativo que articula teoria e prática, fortalecendo a autonomia intelectual e a capacidade de análise crítica, dimensões fundamentais para o projeto ético-político do Serviço Social.

Nesse sentido, Zanelli (2023) afirma que o MESS se insere na luta de classes ao fomentar a consciência sobre os mecanismos de exploração e alienação, constituindo-se como espaço que “abre caminhos para a intervenção do ser social [...] com consciência dos processos de alienação e exploração imbricados a um sistema de opressões que almejamos destruir”

(ZANELLI, 2023, p. 2). Assim, o movimento estudantil se reafirma como sujeito coletivo de resistência, articulando enfrentamento político e produção de conhecimento crítico no processo de formação profissional.

1.2 PROTAGONISMO E TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL: DA DEMOCRATIZAÇÃO SOCIAL AO SURGIMENTO DO MESS

O resgate histórico do Movimento Estudantil (ME) brasileiro evidencia uma longa tradição de organização e enfrentamento político, articulando-se, ao longo do tempo, às demandas mais amplas da sociedade. Trata-se de um segmento político-organizativo que, em diferentes conjunturas, manteve forte atuação no âmbito da educação, destacando-se como força política relevante na defesa da democracia e dos direitos sociais.

A participação política dos estudantes brasileiros tem raízes históricas profundas que antecedem a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Desde o início do século XX, com a criação da Federação dos Estudantes Brasileiros em 1901⁸ e a realização do I Congresso Nacional de Estudantes em 1910, os jovens começaram a se mobilizar coletivamente, mesmo que ainda de forma regional e fragmentada. Com o crescimento da industrialização e consequentemente o crescimento das cidades, o movimento estudantil cresceu em número e importância, engajando-se em lutas políticas significativas, como a participação em grupos como a Juventude Comunista e a Juventude Integralista durante os anos 1930.

Conforme destaca Poerner (1995), os estudantes já estiveram envolvidos em importantes movimentos políticos desde períodos anteriores à independência formal do país, como nas mobilizações em prol da Inconfidência Mineira, nas campanhas pela Abolição da Escravatura e na luta pela Proclamação da República. Essas ações inauguraram um processo inicial de organização e politização estudantil no Brasil. Entretanto, as primeiras organizações estudantis eram marcadas por caráter transitório e regionalista, com pautas específicas que dificultavam a formação de um movimento coeso e nacional (Poerner, 1995).

⁸ Em 1901, foi fundada a Federação dos Estudantes Brasileiros (FEB), reconhecida como uma das primeiras organizações estudantis formais no Brasil. A criação da FEB representou um esforço pioneiro de articulação e mobilização dos estudantes em nível nacional, numa época em que o acesso ao ensino superior ainda era muito restrito e a organização estudantil ainda estava em fase inicial no país. Embora a Federação tenha tido uma atuação limitada e relativamente curta, devido a dificuldades como a falta de estrutura, apoio e repressões políticas da época, ela marcou o início da organização sistematizada dos estudantes brasileiros, servindo como base para os movimentos estudantis posteriores que ganharam maior força ao longo do século XX.

Em 11 de agosto de 1937⁹, no Rio de Janeiro, foi fundada a UNE, entidade que buscava unir o movimento estudantil brasileiro sob uma organização nacional e legítima. A fundação da UNE representou um marco na estruturação do movimento estudantil, que passou a atuar de forma mais articulada e consistente no cenário político brasileiro. A UNE rapidamente assumiu papel central na defesa da educação pública, do patrimônio nacional e das causas democráticas, destacando-se na resistência ao Estado Novo, a posição pacifista durante a Primeira Guerra Mundial, a mobilização contra o nazifascismo na década de 1940, e a liderança da campanha “O Petróleo é Nosso” em 1947, reafirmando a soberania nacional sobre os recursos naturais (Poerner, 1995).

A fundação da UNE, portanto, representou a consolidação de uma entidade máxima de representação estudantil no Brasil, conferindo maior articulação e expressividade às lutas nacionais. Ainda nos anos 1940 e 1950, a UNE esteve à frente de diversas mobilizações em prol de causas sociais relevantes. Destacou-se na organização de protestos contra aumentos abusivos nas tarifas do transporte público – tema recorrente¹⁰ nas reivindicações estudantis – devido à importância do acesso ao transporte para a permanência na educação. Além disso, a entidade denunciava a censura e a repressão política ainda presentes no período pós-Estado Novo, defendendo a liberdade de expressão e as liberdades democráticas no ambiente acadêmico e cultural. A UNE também expressava solidariedade às greves operárias, fortalecendo a articulação entre estudantes e trabalhadores na luta por melhores condições sociais e econômicas. Por fim, manteve uma atuação constante na campanha pela democratização da educação, promovendo debates e mobilizações contra a elitização do ensino superior e em defesa da expansão do acesso à educação pública e gratuita. Essas mobilizações refletem a busca do movimento estudantil por justiça social e inclusão, evidenciando sua atuação enquanto sujeito político na defesa de políticas públicas que promovam direitos e garantam acesso a bens e serviços essenciais à população.

⁹ A UNE foi fundada originalmente em 1937, mas seu funcionamento e representatividade foram interrompidos em diferentes momentos históricos. Em especial, durante o Estado Novo (1937-1945) e posteriormente durante o regime militar (1964-1985), a UNE teve seu funcionamento suspenso ou cerceado, sendo reconstituída em períodos posteriores à repressão. Portanto, a data de fundação deve ser entendida dentro de um contexto histórico marcado por rupturas e resistências.

¹⁰ Na contemporaneidade, as manifestações contrárias ao aumento das tarifas do transporte público configuram-se como uma pauta de relevância constante entre os movimentos sociais e estudantis no Brasil. Em janeiro de 2025, por exemplo, a capital Belo Horizonte foi palco de protestos organizados pelo movimento Tarifa Zero, em resposta ao reajuste das tarifas do transporte coletivo na cidade e região metropolitana. De forma semelhante, em São Paulo, o Movimento Passe Livre convocou atos públicos contra o aumento da tarifa, reafirmando a reivindicação pela gratuidade do transporte público. Esses eventos evidenciam a persistência e a importância da mobilização social na defesa do acesso justo e democrático aos serviços de transporte.

Entretanto, a trajetória da UNE foi marcada por interrupções, principalmente durante períodos de regimes autoritários. A ditadura militar instaurada em 1964 reprimiu violentamente a entidade, com a invasão e queima de sua sede, a perseguição e morte de lideranças estudantis, e a suspensão legal de suas atividades, forçando o movimento estudantil a atuar na clandestinidade até a redemocratização do país nos anos 1980. Ainda assim, a UNE manteve seu protagonismo em mobilizações importantes, como a campanha das Diretas Já e o movimento “Fora Collor”.

Assim, o movimento estudantil configura-se como um ator político e social fundamental na defesa da democracia, da educação pública e dos direitos sociais em diferentes momentos históricos do Brasil.

A década de 1960 foi marcada por um salto qualitativo nas pautas e estratégias do ME, impulsionado por seminários¹¹ sobre reforma universitária¹² (1961 e 1962) que denunciaram a lógica elitista do ensino superior e a subordinação da universidade aos interesses das classes dominantes. Nesse período, a defesa da universidade pública, gratuita e socialmente referenciada, bem como de processos formativos críticos, passou a figurar como eixo central de atuação estudantil.

Os anos 1960 também foram palco de intensas transformações políticas e econômicas no Brasil. Embora tenha havido avanços na industrialização e no crescimento econômico, o modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações começava a mostrar suas limitações estruturais. Conforme destaca Netto (2002), as tensões sociais e econômicas se intensificaram ao longo da década, refletindo desigualdades persistentes e um ambiente político instável que culminaria com o golpe militar de 1964. A repressão política, associada às contradições econômicas, gerou um contexto de crescente mobilização popular, especialmente entre os estudantes.

¹¹ Os Seminários Nacionais de Reforma Universitária promovidos pela UNE em 1961 (Salvador, Bahia) e 1962 (Curitiba, Paraná) foram momentos cruciais de articulação do movimento estudantil brasileiro. O I Seminário resultou na “Declaração da Bahia”, que denunciava o caráter antidemocrático do ensino superior e sua desconexão com as demandas sociais. O II Seminário aprofundou essas discussões, culminando na “Carta do Paraná”, que orientou o movimento estudantil na luta por uma reforma estrutural da universidade. Estes eventos marcaram a inserção ativa dos estudantes no debate sobre a função e o papel da universidade pública no Brasil, influenciando as mobilizações posteriores e a resistência contra a repressão do regime militar.

¹² A Reforma Universitária no Brasil, especialmente a partir dos anos 1960, foi um movimento amplo que buscava transformar a universidade em uma instituição pública, gratuita, democrática e socialmente comprometida. Inspirada em modelos como a Reforma de Córdoba (1918), que marcou a participação estudantil na América Latina, a reforma universitária brasileira articulava a educação superior com as transformações sociais mais amplas, buscando superar o elitismo e ampliar o acesso e a permanência dos estudantes. A luta pela reforma continuou ao longo das décadas, atravessando períodos de repressão e democratização, até se consolidar como um eixo central das reivindicações estudantis contemporâneas.

Ao longo da década seguinte, os problemas econômicos se agravaram significativamente. A crise do petróleo de 1973 intensificou as dificuldades do modelo industrial brasileiro, que passou a enfrentar inflação elevada, queda dos salários reais e aumento do desemprego (Netto, 2005). A indústria, que até então havia operado em ambiente protegido, viu-se incapaz de competir no mercado externo, o que agravou as tensões sociais e políticas. Nesse cenário de crise econômica e autoritarismo, o Movimento Estudantil ampliou sua atuação, defendendo reformas estruturais e questionando o sistema capitalista vigente.

O modelo econômico baseado na indústria estava esgotado: a inflação crescente, a redução dos salários reais e o aumento do custo de vida revelavam uma realidade de dificuldades. A indústria brasileira, incapaz de competir com o mercado externo, reduzia sua demanda por mão de obra, resultando no aumento das taxas de desemprego. Diante da crise, o governo buscava reorganizar o país, mas as tensões sociais aumentavam, refletindo um conflito entre forças políticas opostas — de um lado, reformistas revolucionários; do outro, conservadores reacionários. O Movimento Estudantil, surgido neste contexto, teve como objetivo defender a reforma universitária e outras reformas estruturais, contestando o sistema capitalista vigente e buscando o progresso social e nacional.

Posicionado na linha do reformismo revolucionário, o ME representava uma ameaça à ordem estabelecida, mantida pela elite dominante, que detinha o poder político, militar e econômico. Essa elite utilizava o aparelho estatal para garantir a hegemonia da sua classe e controlar os conflitos sociais. Por defender tendências nacionalistas e reformas profundas, o Movimento Estudantil foi considerado inimigo do Estado, já que suas reivindicações contrariavam a Política Nacional de Desenvolvimento defendida pelo governo.

A UNE, entidade central do movimento, surgiu a partir da organização de jovens estudantes que buscavam transformações sociais significativas. Fundada em um período marcado por grandes conflitos mundiais, como a Segunda Guerra Mundial, a UNE pressionou o então presidente Getúlio Vargas a manter uma postura firme diante das tensões internacionais e dos desafios internos.

Assim, a luta estudantil nasceu em meio a um cenário de caos global e conservadorismo interno, enfrentando a repressão do regime militar que governou o Brasil entre 1964 e 1985. Este período foi caracterizado por forte cerceamento da democracia, com presidentes nomeados pelo Congresso e não eleitos diretamente pelo povo.

Com a instauração da ditadura civil-militar (1964–1985), o Movimento Estudantil tornou-se um dos principais alvos da repressão, com intervenções nas entidades, cassação de

lideranças e criminalização das mobilizações. A Lei Suplicy de Lacerda ¹³(1964) e o Ato Institucional nº 5 ¹⁴(1968) restringiram drasticamente a autonomia estudantil, enquanto o Decreto-Lei 477 (1969) criminalizou manifestações e greves. Mesmo com essas restrições, preservou-se um legado organizativo que serviria de base para a retomada democrática.

Nesse período, os órgãos citados na Lei Suplicy Lacerda foram subordinados diretamente ao governo, ficando impossibilitados de executar qualquer manifestação autônoma. Assim, percebe-se claramente o objetivo da lei: extinguir o Movimento Estudantil brasileiro para impedir que os jovens influenciassem debates políticos. Essa fase foi marcada por intensa censura e perseguição às lideranças estudantis; muitos jovens foram exilados, e outros presos. Ainda assim, em 1966, mesmo diante de forte repressão, os estudantes se mobilizaram e saíram às ruas para protestar contra a Lei Suplicy e a Reforma Educacional proposta pelo governo. O Movimento Estudantil se posicionava contra essa reforma, pois entendia que o governo priorizava apenas o desenvolvimento econômico do país, sem garantir avanços na educação, que permaneceria subordinada a um modelo produtivista.

Durante a ditadura militar, o movimento estudantil destacou-se como um dos principais polos de resistência política, articulando-se com setores operários, movimentos do campo e organizações de esquerda. A repressão, que incluía prisões, torturas e assassinatos, como no caso emblemático do estudante secundarista Édson Luís, evidenciava o caráter autoritário do regime e catalisava grandes mobilizações. O ano de 1968 marcou um ponto de inflexão: em escala global, a juventude protagonizava levantes contra a guerra, o racismo, o colonialismo e regimes autoritários, como na França, no México e nos EUA. No Brasil, esse cenário internacional somou-se ao descontentamento com a falta de liberdades e ao debate sobre reforma universitária, impulsionando manifestações como a Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, e a organização clandestina do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (SP). Este último, interrompido por uma operação policial que prendeu cerca de 900 estudantes, tornou-se símbolo da ofensiva do regime para desarticular lideranças e sufocar o ativismo estudantil.

¹³ Como parte dessa estratégia, o governo militar instituiu a Lei nº 4.464, conhecida como Lei Suplicy Lacerda. Essa legislação previa a substituição da UNE pelo Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), das Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs) pelos Diretórios Estaduais Estudantis (DEEs), e dos centros acadêmicos (CAs) pelos diretórios acadêmicos (Das). A lei interferia diretamente na autonomia das entidades estudantis, subordinando-as às autoridades acadêmicas e ao Estado.

¹⁴ Na tentativa de eliminar totalmente o Movimento Estudantil, em 13 de dezembro de 1968, o governo instaurou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que marcou o ápice do autoritarismo no país. O AI-5 estabeleceu que seria considerada infração disciplinar qualquer pessoa que promovesse ou participasse de paralisações, atos, passeatas, comícios ou manifestações em geral. Também eram passíveis de punição aqueles que elaborassem, guardassem ou distribuíssem materiais considerados subversivos pelos militares (LEHER, 2009).

O encontro em Ibiúna, realizado em 12 de outubro de 1968, reuniu clandestinamente centenas de delegados estudantis de todo o país, que debateriam a conjuntura nacional e internacional, a reforma universitária, a articulação com trabalhadores urbanos e rurais e a eleição da nova diretoria da UNE. Na madrugada, porém, a força pública do estado de São Paulo cercou o local com armamento pesado. Relatos indicam que os estudantes, desarmados, foram obrigados a caminhar por horas, sob chuva e sob a mira de fuzis, até ônibus que os levaram a presídios superlotados. As lideranças foram encaminhadas ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), enquanto os demais permaneceram incomunicáveis, fichados e, em muitos casos, interrogados sob intimidação. Estima-se que cerca de 900 jovens foram presos, configurando uma das maiores detenções coletivas da história do país.

Os registros contidos em *O Legado do Movimento Estudantil de 1968* (Abramides) e em *Memórias e Resistências contra a Ditadura* (CFESS) oferecem descrições vívidas desse episódio. Depoimentos onde uns relatam a tensão, o cerco armado e o clima de medo durante a condução ao presídio, enquanto outros enfatizam as consequências posteriores, como o enquadramento na Lei de Segurança Nacional, a perda de matrículas universitárias e as restrições de direitos por anos. Essas obras preservam não apenas os fatos, mas a dimensão subjetiva do que significou ser jovem e resistir sob um regime de exceção, tornando-se referências fundamentais para compreender o impacto e o legado das lutas estudantis.

A UNE, apesar da intervenção estatal, manteve-se como um espaço vital de contestação e organização. No entanto, sofreu restrições severas, como a imposição da Lei Suplicy Lacerda (1964) e do Ato Institucional nº 5 (1968), que limitaram a autonomia das entidades estudantis e criminalizaram manifestações políticas.

Abramides (2018) destaca que as mobilizações de 1968 deixaram um legado político e organizativo que influenciou profundamente as lutas estudantis posteriores, inclusive as dos estudantes de Serviço Social. A persistência desses estudantes em manter espaços de organização e formação crítica durante a ditadura foi fundamental para a sobrevivência do movimento e para a construção de um projeto político de redemocratização. A resistência estudantil, neste período, transcendeu as reivindicações puramente acadêmicas para engajar-se nas lutas pela democracia e pela justiça social.

O refluxo do ME nos anos seguintes foi resultado direto da repressão, mas, a partir da segunda metade da década de 1970, iniciou-se um processo de reorganização. Greves universitárias, retomada de Centros Acadêmicos e realização de Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs) pavimentaram o caminho para o XXXI Congresso da UNE, em 1979 — o “Congresso da Reconstrução” —, marco da recomposição das entidades estudantis e do

fortalecimento da luta contra a ditadura. Esse período coincidiu com a reorganização dos movimentos sociais, a criação da CUT (1983) e do MST (1984), além da ampliação das mobilizações pela Constituinte e pelas “Diretas Já”. Na década de 1980, o ME participou ativamente de campanhas como a defesa da anistia ampla e irrestrita, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e o movimento “Diretas Já”.

Os relatos das entrevistas revelam que o contexto histórico era de intensa efervescência política, mas também de desafios. Uma militante lembra que *“era o final da década de 80, um momento de retomada do Estado de Direito no Brasil, de reconstrução democrática depois da ditadura civil-militar. [...] Foi uma década de muita formação política, de muita resistência, de surgimento e fortalecimento de inúmeros movimentos sociais”* (Entrevista A). Outro entrevistado complementa: *“Vivíamos os reflexos do movimento pelas Diretas Já e, em 1989, veio a primeira eleição direta para presidente. [...] Era um tempo de medo, mas também de muita mobilização”* (Entrevista B).

Com a abertura política dos anos 1980, o movimento estudantil ampliou sua atuação. A UNE recuperou força e passou a disputar, de forma mais efetiva, a agenda política do país, participando de mobilizações em prol da democracia e de uma educação pública, gratuita e de qualidade. As entrevistas realizadas evidenciam o entrelaçamento entre a luta específica da categoria e o protagonismo nas pautas gerais do Movimento Estudantil.

Com o endurecimento do controle estatal, o Movimento Estudantil enfrentou enormes desafios, mas não cessou sua luta. Em 1984, a democracia brasileira renasceu a partir da mobilização popular, quando milhões de brasileiros foram às ruas exigindo o fim do regime autoritário e a convocação de eleições diretas. A partir de então, o povo pôde escolher seus representantes por meio do voto direto, reafirmando a democracia. Com o fim da ditadura, Tancredo Neves foi eleito presidente, mas faleceu antes da posse, cabendo ao vice José Sarney assumir o governo. Seu mandato foi marcado pela elaboração da Constituição Federal de 1988, marco fundamental para a reconstrução das instituições democráticas e a ampliação dos direitos civis e sociais.

Esse novo contexto político abriu caminho para a ampliação e diversificação das pautas do Movimento Estudantil na década de 1990, período em que as transformações sociais, econômicas e educacionais colocariam novos desafios e demandas para a juventude universitária. A redemocratização trouxe esperança, mas também a necessidade de reafirmar e reinventar a luta estudantil frente a um cenário de ajustes neoliberais e reformas na educação.

Os anos 1990 foram decisivos. A consolidação do neoliberalismo no Brasil, especialmente nos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, trouxe políticas de

privatização, cortes orçamentários e ataques à educação pública. Como lembra uma militante: *“Era o início da implantação do projeto neoliberal no Brasil [...] vivíamos os desdobramentos do governo Collor, que terminou em impeachment, e logo depois vieram os governos de Fernando Henrique Cardoso, marcados pela retirada de direitos e pelo enfraquecimento das organizações da classe trabalhadora”* (Entrevista C).

Outro entrevistado recorda que, em meados da década de 1990, *“o CBAS de Salvador foi o primeiro grande espaço de resistência ao governo FHC [...] Ainda era um contexto pós-Constituição de 88, mas já enfrentávamos um projeto neoliberal cada vez mais consolidado”* (Entrevista G). A disputa política dentro do MESS refletia também as tensões mais amplas da esquerda, com diferentes forças políticas atuando, ligadas a campos como o democrático-popular, o PCdoB, a Convergência Socialista e as tendências internas do PT (Entrevistas G e H).

Assim, a trajetória do ME se insere na continuidade histórica do movimento estudantil brasileiro — marcado pela resistência à ditadura, pela reconstrução democrática e pela defesa da educação pública — fornece o pano de fundo histórico para o surgimento e consolidação do MESS. Este, por sua vez, emerge como herdeiro de uma tradição de resistência e projetando-a na luta pela democratização da formação e pelo fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social. Sua constituição e consolidação nos anos 1990 resultam de um processo histórico no qual a articulação entre lutas gerais e específicas se mostrou fundamental para a afirmação do protagonismo estudantil na área.

Nesse contexto de efervescência política, os estudantes de Serviço Social começaram a se articular de modo mais específico dentro do movimento estudantil nacional. Foi nesse cenário de rearticulação nacional que estudantes de Serviço Social iniciaram um processo específico de organização.

Zanelli (2023) observa que a rearticulação do Movimento Estudantil de Serviço Social ocorreu no final da década de 1970, com a realização do I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social, que marcou o início de um ciclo de organização e debate político próprio dos estudantes da área. Em 1988, foi criada a SESSUNE, entidade que, em 1993, se transformou na Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), consolidando a autonomia política desse segmento dentro do movimento estudantil.

A trajetória do Movimento Estudantil de Serviço Social acompanha, em grande medida, as disputas políticas mais amplas do país e da educação superior, especialmente no processo de democratização brasileira. Desde a década de 1960, registra-se a presença ativa de estudantes de Serviço Social nos debates nacionais, embora o golpe empresarial-militar de 1964 tenha

provocado um período de intensa repressão, perseguições e desarticulação das organizações estudantis.

Com o processo de reabertura política, no final dos anos 1970, o movimento estudantil brasileiro se reorganiza, impulsionado pelas lutas pela anistia, pela redemocratização e pela defesa dos direitos sociais. É nesse contexto que o Movimento Estudantil de Serviço Social retoma força, culminando na realização do I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), em 1978, marco que recupera a articulação nacional interrompida pela ditadura.

Na década de 1980, a criação da Subsecretaria de Serviço Social da UNE (SESSUNE) amplia os espaços de organização estudantil da área, consolidando articulações políticas que, posteriormente, resultam na criação da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), em 1993. Esse processo, embora não detalhado nominalmente por Zanelli, aparece em sua análise por meio da centralidade atribuída à ENESSO no desenvolvimento da consciência crítica e na disputa de projeto formativo.

A autora destaca que seu próprio Trabalho de Conclusão de Curso, produzido em 2019, teve como objetivo “analisar de que maneira a crise sistêmica do capital tem ameaçado o alcance das finalidades da ENESSO [...] no processo de formação de consciência de classe” (ZANELLI, 2019, p. 16, apud ZANELLI, 2023, p. 161)

Esse registro mostra que a história do MESS e da ENESSO não pode ser dissociada das transformações societárias — elemento essencial para compreender sua atuação nos anos 1990.

Assim, o protagonismo estudantil se desenvolve em um duplo movimento:

1º de reconstrução organizativa, articulando entidades de base e espaços nacionais de deliberação; e

2º de inserção na luta mais ampla pela democratização do ensino superior e da sociedade, o que se torna ainda mais evidente no enfrentamento das reformas neoliberais da década de 1990.

A trajetória do MESS, portanto, constitui um percurso de resistência, acúmulo político e produção de consciência coletiva, elementos que fundamentam sua participação na formulação da política de formação profissional no Serviço Social brasileiro.

Conforme Zanelli (2023), a SESSUNE representou um marco na organização nacional por curso, mas já no início dos anos 1990 surgiram tensões quanto à sua vinculação à UNE. As falas colhidas em entrevistas reforçam que, embora houvesse reconhecimento da importância histórica da UNE, percebia-se a necessidade de maior autonomia política.

“Embora no nome da executiva ainda constasse a vinculação à UNE, a gente já tinha um entendimento muito claro de reconhecer as particularidades da nossa área. [...] Não era

isolamento, era uma escolha política baseada no reconhecimento das nossas particularidades” (Entrevista A).

Esse processo culminou, entre 1993 e 1994, na criação da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), resultado da transformação da SESSUNE em uma entidade autônoma, com direção própria e pautas específicas.

As entrevistas revelam que o MESS/ENESSO construiu um protagonismo fundamentado em articulação nacional, elaboração de teses e participação em espaços estratégicos, como a ABEPSS e o CFESS/CRESS, fortalecendo o debate sobre a formação profissional crítica.

“O protagonismo dos estudantes só se sustenta se for construído junto e com apoio, diálogo e abertura das entidades profissionais e acadêmicas” (Entrevista B).

Entre as principais bandeiras desse período estavam a defesa da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade; a democratização do acesso e permanência; a crítica à mercantilização da educação; a articulação com a classe trabalhadora; e o enfrentamento às opressões de gênero, raça e sexualidade (Entrevistas C e D). Eventos como semanas culturais, seminários nacionais e encontros regionais eram organizados como espaços de formação política e cultural.

“Era uma articulação entre cultura, política e formação crítica. [...] Convidávamos artistas, fazíamos debates, palestras, rodas de conversa. E os professores também aderiam” (Entrevista A).

Além de manter diálogo com a base estudantil, a ENESSO levou para os espaços da ABEPSS debates sobre currículo, diretrizes curriculares e projeto de formação, compreendendo a universidade como campo estratégico de disputa. Essa atuação dialogava com as demandas da conjuntura, especialmente diante da ofensiva neoliberal dos anos 1990, que impunha cortes, precarização e novas formas de exclusão social.

“O movimento estudantil construiu um protagonismo muito interessante na elaboração do projeto de formação, que hoje são as diretrizes curriculares” (Entrevista F).

A consolidação da ENESSO representou, assim, não apenas uma mudança organizativa, mas a afirmação do movimento estudantil de Serviço Social como sujeito político autônomo, capaz de articular lutas específicas e gerais, conectar-se às entidades da categoria e contribuir ativamente para o projeto ético-político do Serviço Social.

(...)

Há um movimento
removendo o medo
que foi instalado
na inocência de nosso corpo
e resgatando a coragem que venceu a Cruz.

Há um moviemnto
vasculhando memórias,
culturas,
tecendo na incerteza do amanhã
a certeza da vitória.

Há um movimento
rebelde
se fazendo sonho
na vida do povo
que está atravessando
o deserto.

(...)

CAPÍTULO 2 ABERTURA DAS PORTAS: A DEMOCRATIZAÇÃO DA ABEPSS E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS ESTUDANTES

A trajetória da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) — anteriormente denominada Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) — expressa não apenas a institucionalização da formação em Serviço Social no Brasil, mas também as disputas políticas e ideológicas que atravessaram a profissão em diferentes períodos históricos. Criada em 1946, a ABESS refletia, em suas origens, o conservadorismo que então predominava no Serviço Social brasileiro, traduzido em uma organização verticalizada, com escassa participação dos segmentos mais críticos da categoria, especialmente estudantes e docentes engajados com a renovação profissional. Nesse processo, a luta pela democratização da entidade, a reorganização de sua estrutura política e a inserção ativa do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) representam conquistas fundamentais para a consolidação de um projeto de formação profissional crítico e socialmente referenciado.

As lutas sociais, enquanto manifestações coletivas de resistência e reivindicação por direitos e reconhecimento, são parte constitutiva desse processo. Historicamente, diversos movimentos — como o feminismo, o movimento negro, os movimentos LGBTQIAPN+ entre outros — têm surgido para enfrentar injustiças e desigualdades, desafiando normas e práticas discriminatórias e opressivas, e lutando por igualdade e justiça social em suas múltiplas dimensões.

Cabe destacar que a atuação junto aos movimentos sociais é uma competência profissional, expressa no artigo 4º (inciso 9) da Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8662/93), em que consta a nossa reconhecida capacidade de “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”. Bem como também é um direito do/a assistente social, posto em seu Código de Ética (Capítulo IV, Art.12, inciso b), “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”. (CFESS, 2018, p. 2)

O Serviço Social é, portanto, uma profissão essencialmente vinculada às lutas sociais e à busca pela garantia e ampliação de direitos. Desde suas origens, tem se orientado para a promoção da justiça social e a transformação das condições de vida das populações marginalizadas e oprimidas. Nesse contexto, a construção e conquista de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais constitui eixo central da atuação profissional, ainda que sua efetivação enfrente constantes desafios.

Abramides (2021, p. 20) recorda que:

Em todo este percurso, desde o Congresso da Virada, ao longo dos últimos 42 anos, lutamos contra a ditadura civil-militar-empresarial, pela democratização do país, e partir dos anos 90, contra os ataques do capital aos trabalhadores, que traz como consequência a sucessiva destruição de direitos sociais e trabalhistas. Com maior celeridade isto se ampliará, enormemente, a partir do governo golpista de Temer, de 2016 a 2018, e de forma demolidora a partir de 2019 no desgoverno do capitão reformado neofascista de Bolsonaro. Uma vez mais, continuamos na luta por meio de nossas organizações combativas da formação e exercício profissional, respectivamente ABEPSS e Conjunto CFESS-CRESS, assim como pela representação estudantil, ENESSO em articulação com os movimentos sociais classistas. (ABRAMIDES, 2021, p. 20)

Compreender o Serviço Social como parte integrante da luta por justiça social e democracia exige reconhecer sua articulação histórica com outros movimentos sociais, como estratégia de fortalecimento da resistência e de busca por mudanças estruturais. Nesse sentido, organizações profissionais como a ABEPSS e o Conjunto CFESS-CRESS, bem como a representação estudantil por meio da ENESSO, constituem espaços estratégicos para enfrentar os desafios políticos contemporâneos. Essa inserção reafirma o compromisso do/a assistente social com a transformação social, em diálogo e articulação com outros sujeitos e movimentos, rumo a uma sociedade mais justa e democrática.

Com o avanço do movimento de reconceituação na América Latina, especialmente a partir da década de 1960, e seu aprofundamento nos anos 1980 e 1990 no Brasil, a entidade passou a ser interpelada por novos sujeitos coletivos e por um projeto de formação profissional voltado à crítica do tecnicismo, ao enfrentamento das expressões da questão social e ao compromisso com os interesses da classe trabalhadora. Nesse contexto, a democratização da ABESS — e sua posterior reconfiguração como ABEPSS — não se deu de maneira espontânea nem uniforme, mas como resultado da ação articulada de diversos setores da categoria, com destaque para o protagonismo do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS).

Entre os protagonistas dessa transformação destacou-se o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), cuja atuação foi decisiva para romper barreiras institucionais e ampliar os espaços de participação democrática. Os estudantes se engajaram ativamente na crítica à formação conservadora, nas mobilizações pela reformulação curricular e nas disputas políticas internas da entidade, contribuindo para a formulação coletiva de um projeto ético-político de caráter crítico, plural e socialmente referenciado.

Esse engajamento alcançou maior expressão nos anos 1980 e 1990, quando o MESS se estruturou de forma mais orgânica e passou a intervir diretamente nos debates sobre a formação

profissional, participando de congressos, seminários e instâncias deliberativas da entidade. Com isso, ampliou-se a base social da ABEPSS e consolidou-se um processo de renovação que incorporou de maneira mais efetiva as pautas estudantis à agenda da categoria.

O Capítulo 2 intitulado *ABERTURA DAS PORTAS: A DEMOCRATIZAÇÃO DA ABEPSS E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS ESTUDANTES* propõe analisar esse processo de transformação, com base em fontes documentais, entrevistas e produções acadêmicas que evidenciam a presença ativa do movimento estudantil na democratização da entidade e na construção da política de formação profissional. No primeiro item, busca-se contextualizar a organização política da ABESS/ABEPSS entre as décadas de 1980 e 1990, resgatando o papel estratégico do MESS nesse processo. No segundo item, examina-se a participação dos estudantes na formulação das diretrizes curriculares críticas e na consolidação do projeto ético-político do Serviço Social, destacando as contribuições dessa geração para a renovação da profissão no Brasil.

2.1 HISTÓRICO E DEMOCRATIZAÇÃO DA ABESS/ABEPSS: TRAJETÓRIA E CONQUISTAS ESTUDANTIS

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão técnica e social da especialização do trabalho coletivo, de caráter sócio-político, crítico e interventivo, cujo fazer profissional se desenvolve nas refrações da “questão social”, resultantes da contradição entre capital e trabalho. Essa contradição se inscreve na realidade social por meio de desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais. A profissão atua na esfera da reprodução social, tanto na dimensão pública quanto na privada, objetivando-se, por meio da implantação, operacionalização e avaliação de políticas sociais, em espaços democráticos de direitos e controle social, bem como em empresas capitalistas, organizações não governamentais e outros espaços sócio-ocupacionais (BATISTA, 2020).

Segundo Iamamoto (2010), dar conta da “questão social” na contemporaneidade exige decifrar as desigualdades de classe, gênero, raça e etnia, identificando as dimensões econômicas, políticas e sociais que a compõem. As expressões dessa questão constituem a base da fundação do Serviço Social enquanto especialização do trabalho, e o exercício profissional envolve prestação de serviços sócio-assistenciais, indissociáveis de uma dimensão educativa ou político-ideológica, que se realizam nas instituições públicas e privadas, incidindo sobre problemas como trabalho, família, moradia, terra, saúde e assistência social.

O marco legal da profissão — Lei de Regulamentação, Código de Ética, Diretrizes Curriculares e resoluções do CFESS — conforma as bases do Projeto Ético-Político Profissional. A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política é requisito para que o profissional se posicione frente às situações concretas, vislumbrando com clareza os projetos societários em disputa e seus vínculos de classe (ABEPSS, 1996; IAMAMOTO, 2010). Como destaca Netto (2007), os projetos profissionais são forjados por um sujeito coletivo que inclui, além de assistentes sociais, instituições formadoras, pesquisadores, docentes, estudantes e entidades representativas.

O Serviço Social brasileiro surgiu nos anos 1930, marcado por uma orientação conservadora, liderada pela Igreja Católica e vinculada à classe burguesa, visando coordenar ações assistencialistas como resposta à “questão social” (RAICHELIS, 2019). Nesse período, predominou o objetivo de recristianizar a sociedade diante do avanço industrial. Nas décadas de 1940 e 1950, a profissão sofreu forte influência norte-americana, com uma abordagem tecnicista voltada para a adaptação social e a gestão da pobreza (NETTO, 1991).

Entre 1936 e 1945, surgiram as primeiras escolas de Serviço Social, majoritariamente ligadas a instituições religiosas, e a formação respondia a demandas de um Estado autoritário, voltado para o controle social (RAICHELIS, 2019). A partir dos anos 1960, com a inserção da profissão nas universidades e o contato com as Ciências Humanas e Sociais, começou um lento processo de secularização e de abertura para perspectivas críticas.

Nos anos 1970, a federalização de cursos e a criação dos primeiros programas de pós-graduação contribuíram para a circulação de referenciais marxistas e latino-americanos. A IV Convenção Nacional da ABESS, em 1979, foi um marco simbólico e político, consolidando o debate pela renovação do projeto profissional e pela reformulação curricular, enfrentando a lógica tecnicista e autoritária (Bravo et al. 2019), que foi fruto de um acúmulo de lutas e reflexões que vinham sendo gestadas desde os anos anteriores, da articulação entre docentes, intelectuais e estudantes que reivindicavam uma formação orientada para a análise histórica e estrutural da sociedade brasileira. Esse processo ocorreu em meio ao desgaste do regime militar, à reorganização das entidades da classe trabalhadora e à efervescência dos movimentos sociais, entre eles o movimento estudantil, que começava a reivindicar participação nos fóruns da entidade (Netto, 1991).

A trajetória da ABEPSS, está intrinsecamente ligada à história da Formação Profissional em Serviço Social no Brasil. Durante décadas, a entidade operou de forma centralizada, com uma estrutura verticalizada - restrita às direções das escolas - que restringia a participação mais

ampla da categoria profissional, sobretudo de docentes, estudantes e pesquisadores críticos à hegemonia conservadora vigente.

Como apontam Bravo et al. (2019), até o final da década de 1970, a ABESS apresentava um perfil tecnocrático e conservador, fortemente influenciado pelos valores doutrinários da Igreja Católica, refletindo o próprio caráter tradicional do Serviço Social brasileiro em sua origem. Criada com o objetivo de coordenar o ensino da profissão no país, a associação reunia escolas e docentes em torno de uma perspectiva católica e funcionalista, priorizando uma formação voltada à filantropia e à prática assistencialista, marcada pela lógica da "ajuda".

Contudo, a partir do final dos anos 1960 e, com maior intensidade, ao longo da década de 1970, a entidade passou a ser alvo de crescentes tensionamentos internos e externos, impulsionados pelas mudanças na conjuntura política, pelas transformações no debate acadêmico e pelas críticas à formação conservadora. Essas pressões abriram caminho para a reconfiguração institucional e para o avanço de uma concepção crítica da profissão, com repercussões decisivas na política de formação profissional.

Nesse período, a estrutura institucional era verticalizada, restrita à participação de direções de escolas e professores alinhados à hegemonia conservadora. A formação profissional priorizava práticas filantrópicas e uma perspectiva de "ajuda", afastada de análises críticas sobre a realidade brasileira. O cenário começou a se modificar no final da década de 1960 e, sobretudo, nos anos 1970, com a federalização de escolas, a criação de cursos de pós-graduação (PUC-SP e PUC-RJ, em 1972) e a inserção da profissão nas universidades públicas, que ampliou o contato com referenciais teóricos críticos, especialmente de matriz marxista e latino-americana.

A década de 1980 foi decisiva para a consolidação acadêmica da vertente da “intenção de ruptura” (NETTO, 1991; BRAVO et al., 2019), incorporando a teoria social marxista para compreender a produção e reprodução da “questão social” (IAMAMOTO, 1998). Nesse período, o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) emergiu como ator político fundamental, articulando-se com docentes e profissionais críticos para democratizar a ABESS. Estudantes de Serviço Social, articulados nacionalmente no Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) e na Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), passaram a intervir nos debates sobre a formação profissional e a questionar a exclusão estudantil das instâncias decisórias.

A XXII Convenção Nacional da ABESS, em 1981, promoveu reforma estatutária que instituiu a paridade entre docentes e discentes na Assembleia Geral da entidade (BRAVO et al., 2019). Essa mudança legitimou a presença estudantil e foi acompanhada pela aprovação das

Diretrizes Curriculares de 1982, que romperam com o modelo tecnicista e afirmaram um projeto de formação crítica. Segundo Bravo et al. (2019), essa conquista foi fruto da articulação entre estudantes, docentes e pesquisadores comprometidos com a renovação crítica. A aprovação das Diretrizes Curriculares de 1982 (Parecer CFE n.º 412/82) expressou a “intenção de ruptura” com o modelo conservador, reafirmando a centralidade da teoria social crítica, a análise da totalidade e o compromisso com a classe trabalhadora.

Nesse contexto, como lembra Entrevistada A os estudantes buscavam se diferenciar de práticas anteriores que hierarquizavam lutas gerais e específicas, defendendo uma atuação articulada com a base:

“Era uma escolha política baseada no reconhecimento das nossas particularidades [...] procurando enfrentá-las de forma mais dialógica, mais propositiva” (Entrevista A).

A década de 1980 também testemunhou a reorganização do MESS, a realização de encontros nacionais (ENESS) e a criação de eventos locais como a “Semana da Cultura”, articulando formação, cultura e política, articulando formação, cultura e política:

“[...] o CA promovia uma atividade chamada “Semana da Cultura”. A gente parava por vários dias, praticamente uma semana inteira, para realizar atividades culturais muito importantes. Convidávamos artistas locais, fazíamos debates, palestras, rodas de conversa. Era uma articulação entre cultura, política e formação crítica. E os professores também aderiam, participavam dessas atividades” (Entrevista A).

“[...] realizávamos anualmente a Semana da Cultura, com atividades que o próprio curso e o departamento não conseguiam viabilizar. Trazíamos professores/as de fora, promovíamos debates, apresentações culturais, tudo organizado e financiado pelo movimento estudantil, que entendia seu compromisso com a formação para além da sala de aula. (Entrevistada C).

Em 1989, mobilizações contra a cobrança de mensalidades e pela defesa da universidade pública reforçaram a conexão do movimento estudantil com lutas gerais e específicas:

“Naquela conjuntura de consolidação da democracia, nossas lutas eram muito marcadas por pautas amplas, como a distribuição de riqueza, saúde e educação de qualidade e, principalmente, a defesa da universidade pública e gratuita, essa era a nossa maior bandeira. A cada início de ano letivo, ela já estava na pauta. A gente fazia uma militância muito conectada com o momento político nacional. Participamos, por exemplo, da mobilização contra a tentativa de cobrança de mensalidades na Universidade Estadual. Lembro bem de quando chegaram a distribuir carnês. O Serviço Social protagonizou a queima simbólica desses carnês, com atividades culturais e paralisações” (Entrevistada B).

O avanço do neoliberalismo nos anos 1990 impôs novos desafios: mercantilização do ensino, expansão do setor privado e precarização da permanência estudantil (YAZBEK, 2009; BARROCO, 2012). Nesse cenário, a articulação entre MESS/ENESSO e ABESS foi estratégica para resistir à perda de direitos.

Em 1996, após intensos debates e mobilização das bases, a ABESS transformou-se em ABEPSS, acompanhada de reforma estatutária que instituiu a participação formal de estudantes, assistentes sociais de base e pesquisadores nos fóruns deliberativos. Bravo et al. (2019) destacam que essa mudança representou a consolidação de um projeto democrático e plural, em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social.

A transformação da ABESS em ABEPSS, em 1996, acompanhada de nova reforma estatutária, consolidou um modelo democrático, com representação formal de estudantes na diretoria, tanto da graduação quanto da pós-graduação. As Diretrizes Curriculares de 1996 reafirmaram a centralidade da teoria crítica e da questão social na formação, fruto de ampla participação discente.

Como destaca a Entrevistada F:

“A representação estudantil na ABEPSS conferiu esse status à formação em Serviço Social, reconhecendo que o movimento estudantil tem contribuição essencial na avaliação e construção da formação profissional” (Entrevista F).

O MESS/ENESSO desempenhou papel decisivo na democratização da ABESS/ABEPSS, articulando pautas como a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade; a democratização do acesso e permanência; a crítica à mercantilização da educação; e o enfrentamento às opressões de gênero, raça e sexualidade

“Portanto, além da defesa da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade, nossas principais bandeiras incluíam a democratização do acesso e permanência, a crítica à mercantilização da educação, a articulação com a classe trabalhadora e o enfrentamento às opressões de gênero, raça e sexualidade. Tudo isso fazia parte da construção de um projeto societário mais justo e plural, e o movimento estudantil era um espaço fundamental de elaboração e vivência disso” (Entrevistada C).

Os estudantes também criaram seminários nacionais sobre movimento estudantil e formação profissional fortaleceu a interlocução entre estudantes e entidades da categoria

“[...] criamos o primeiro Seminário Nacional sobre Movimento Estudantil e Formação Profissional, um marco que buscava aprofundar esse debate. O seminário se tornou parte da agenda política do movimento, contribuindo para ampliar a reflexão e a articulação com as entidades da categoria. Lembro de ter participado da primeira edição, em Recife, com uma

fala que reafirmava a importância dessa articulação. Os encontros do MESS também refletiam isso” (Entrevistada C).

As entrevistas evidenciam a importância dessa presença qualificada na ABEPSS:

“A presença estudantil qualificada contribui muito para oxigenar a entidade [...] mostrando a importância da crítica e da renovação”. (Entrevistada A).

E, conforme a Entrevistada B:

“Quando o movimento estudantil é forte, a formação também se fortalece” (Entrevista B).

Apesar de períodos de desmobilização, a consolidação da ENESSO e a participação nos espaços da ABEPSS permitiram construir um projeto de formação crítico, democrático e comprometido com a classe trabalhadora.

Como observa Bravo et al. (2019, p. 7), a democratização da ABEPSS se deu a partir da luta coletiva pela ampliação da participação nas decisões, pela pluralização das vozes dentro da entidade e pela constituição de uma nova cultura política que reconhecesse os sujeitos historicamente marginalizados nas instâncias decisórias, entre eles os estudantes.

Assim, a democratização da ABEPSS/ABEPSS não foi linear nem consensual. Resultou de disputas, acúmulos e alianças políticas, nas quais o movimento estudantil desempenhou papel decisivo para redefinir a formação profissional, consolidando um projeto crítico, democrático e comprometido com a classe trabalhadora.

2.2 PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA FORMULAÇÃO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E NO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

A participação estudantil na história da formação profissional em Serviço Social constitui-se como uma dimensão estratégica da luta pela democratização da educação superior e pela consolidação de um projeto crítico de profissão. Essa atuação extrapola a simples reivindicação por direitos estudantis, configurando-se como ação política articulada às lutas mais amplas da categoria profissional e da classe trabalhadora, em diálogo constante com os contextos sociais, políticos e econômicos do país. O estudante não é mero receptor da formação, mas agente ativo na sua construção. Como sintetiza uma das participantes da pesquisa:

“Tinha uma compreensão muito clara de que o estudante não era só alguém que recebia a formação, mas que ele era um dos sujeitos centrais dela. E mais do que isso: a partir do movimento estudantil, a gente se via como alguém que também pensava e disputava o projeto

de formação.” (Entrevista D)

O contexto histórico-político também exerceu forte influência nesse processo. A virada da década de 1980 para 1990 foi marcada, no cenário internacional, pela queda do Muro de Berlim, o colapso da União Soviética e a crise do socialismo real — elementos que impactaram profundamente o debate teórico e político no interior do movimento estudantil e da categoria profissional.

Como registra outra entrevistada:

“Dois fatores nos levavam a eleger a formação como prioridade. Primeiro, porque participávamos da virada, e ela exigia uma ruptura teórica e política com o conservadorismo, o tecnicismo, o instrumentalismo. Para isso, era necessário romper com um modelo de formação acrítico, autoritário, distante das demandas sociais. Segundo, e talvez mais impactante naquele momento, havia o contexto internacional: a queda do Muro de Berlim, o colapso da União Soviética, a crise do socialismo real, a crise do movimento comunista. Foi um momento de grande confusão e questionamento das esquerdas. [...] Nós reivindicávamos um marxismo renovado. Um marxismo que compreendesse o cotidiano da classe trabalhadora, suas experiências concretas, suas contradições vividas” (Entrevista E).

Essa concepção de protagonismo discente, somada à conjuntura política nacional e internacional, direcionou as ações do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) para a defesa de um projeto de formação crítica, vinculada às demandas históricas da classe trabalhadora e coerente com os princípios do projeto ético-político da profissão.

A história do Serviço Social no Brasil revela diferentes orientações tomadas pela profissão ao longo de sua existência, sustentadas pelo corpo profissional de uma hegemonia em disputa. Essa historicidade evidencia os projetos de profissão construídos e defendidos pela categoria, bem como as respostas dadas à “questão social” (IAMAMOTO, 2002). Nesse contexto, conforme Netto (1999), os projetos profissionais são construídos por um sujeito coletivo — a respectiva categoria profissional —, que inclui profissionais em atividade, instituições formadoras, docentes, pesquisadores, estudantes, organismos corporativos e sindicais (Netto, 1999, p. 95).

O Serviço Social brasileiro se formou inicialmente sob orientação da Igreja Católica, que buscava qualificar seus quadros profissionais para atuar mais efetivamente junto ao Estado e às demandas sociais da década de 1930. O período varguista foi marcado pela expansão industrial, migração e urbanização aceleradas, combinadas com políticas paternalistas, corporativistas e de controle sobre a classe trabalhadora. Nesse contexto, as funções do Serviço Social foram definidas pelo Estado em articulação com a Igreja, enquanto o conservadorismo

teórico e a visão moral-religiosa restringiam a análise crítica dos assistentes sociais sobre a realidade social (Netto, 1991).

A profissionalização da categoria avançou em paralelo à laicização do Serviço Social, processo que permitiu a diferenciação da profissão em relação à influência religiosa e abriu caminho para o questionamento das práticas tradicionais (Netto, 1991). Até meados da década de 1960, a formação profissional seguiu um modelo tradicional, empirista e funcionalista, legitimado pelo Estado, mas já se observava a atuação do movimento estudantil na contestação dessa orientação. Durante esse período, os estudantes, muitas vezes vinculados à esquerda católica, iniciaram a crítica às práticas conservadoras e à formação tradicional, estabelecendo os primeiros contatos com movimentos de renovação profissional (Netto, 1991).

O movimento internacional, como o Maio de 68 e a Revolução Cubana, influenciou as concepções dos estudantes e profissionais no Brasil, promovendo a emergência da Reconceituação do Serviço Social. Esse movimento visava desconstruir o paradigma dominante e construir uma perspectiva crítica da profissão, com diferentes denominações: “Serviço Social Reconceituado”, “Serviço Social Crítico”, “Serviço Social Dialético” ou “Serviço Social Marxista” (Faleiros, 2005, p. 22). A heterogeneidade dessa frente de renovação incluía diferentes concepções de sociedade, de história e de intervenção social, criando um terreno fértil para o protagonismo estudantil nas décadas seguintes (Netto, 2005).

O movimento estudantil no Serviço Social, desde a década de 1960, esteve articulado a processos mais amplos de transformação social. Nesse período, os estudantes começaram a questionar o Serviço Social Tradicional, que se caracterizava pelo empirismo, pelo conservadorismo e pela submissão aos interesses do Estado e da Igreja Católica (Iamamoto, 2002; Netto, 2002). A aproximação de setores acadêmicos e profissionais com movimentos sociais e com as ciências sociais, a incorporação de bases teóricas críticas e a emergência de uma esquerda católica progressista foram fatores decisivos para a construção de uma nova perspectiva profissional, marcada pelo questionamento da neutralidade política e do tecnicismo da prática profissional.

O Movimento de Reconceituação Latino-Americano do Serviço Social, cujo marco inicial foi o I Seminário Regional Latino-Americano realizado em Porto Alegre em 1965, estimulou um processo de ruptura com o paradigma tradicional. Esse movimento buscou repensar a intervenção profissional frente aos desafios do capitalismo, articulando-se com experiências latino-americanas de resistência social e política e promovendo uma crítica ao Serviço Social que se restringia à caridade e à adaptação do indivíduo ao ordenamento social vigente (Iamamoto, 1998).

No Brasil, o Movimento de Reconceituação consolidou-se em três vertentes, conforme Netto (1991): a vertente modernizadora, atrelada à adequação do Serviço Social às demandas do regime autocrático pós-1964; a reatualização do conservadorismo, que buscava atualizar a prática profissional sem romper com a tradição positivista; e a vertente de intenção de ruptura, vinculada à crítica sistemática ao tradicionalismo, influenciada pelo pensamento crítico-dialético e pelas experiências latino-americanas. Esta última vertente, fortalecida nos Seminários de Teorização de Belo Horizonte (1972-1975) e na experiência da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, marcou um passo decisivo para a construção de um projeto ético-político comprometido com a transformação social e com a articulação com movimentos populares.

Durante a década de 1980, em meio à ebulição das lutas sociais e ao processo de redemocratização, o movimento estudantil assumiu papel central na difusão da perspectiva crítica da profissão. A aproximação da categoria com a Teologia da Libertação, a atuação nos movimentos sociais urbanos e rurais, e a interlocução com a América Latina consolidaram a dimensão política da ação profissional. O Serviço Social passou a incorporar a análise crítica da realidade social, reconhecendo o pluralismo profissional e rejeitando a neutralidade na intervenção social, ao mesmo tempo em que enfrentava limites como a tendência ao ecletismo teórico e à prática messiânica (Netto, 1991).

A trajetória da ABEPSS, especialmente a partir da década de 1970, evidencia que a democratização da entidade e a construção do projeto ético-político profissional estiveram diretamente vinculadas à mobilização dos estudantes de Serviço Social. Mesmo durante os anos de repressão da ditadura civil-militar, eles participaram ativamente dos debates sobre a reformulação da formação profissional, reivindicando espaço político nas instâncias da ABESS, ainda sem representação formal nos fóruns deliberativos. Segundo Bravo et al. (2019), o processo de ruptura com o modelo conservador e tecnocrático esteve profundamente ligado à crítica coletiva das bases acadêmicas, incluindo a militância estudantil, que tensionava os limites impostos pelo autoritarismo e pela estrutura verticalizada da entidade.

Já na década de 1990 representou um momento decisivo, com a reforma estatutária da ABEPSS que instituiu a participação estudantil formal nas instâncias decisórias da entidade. A partir desse momento, os estudantes foram reconhecidos como sujeitos legítimos na formulação de diretrizes curriculares, na avaliação institucional e na defesa da universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada. A presença estudantil consolidou-se como elemento ativo na construção do projeto profissional crítico, articulando teoria e prática, acadêmico e político, numa perspectiva voltada à transformação social e à resistência frente às políticas

neoliberais e ao conservadorismo crescente.

Mesmo antes da formalização do direito a voz e voto, a atuação estudantil tensionou os limites da democracia interna e fomentou debates sobre currículo, conteúdo da formação, estágios supervisionados e relação com movimentos sociais. Conforme Bravo et al. (2019), o movimento estudantil muitas vezes provocava a entidade a radicalizar sua atuação em defesa de uma formação comprometida com a transformação social.

Em síntese, a participação estudantil na ABEPSS e na formação do Serviço Social brasileiro não se limita à representação formal ou simbólica. Ela expressa a força histórica de um movimento que articula a categoria profissional, a luta social e o conhecimento crítico, sendo fundamental para a manutenção e expansão do projeto ético-político da profissão, capaz de enfrentar os desafios contemporâneos e de sustentar a análise rigorosa da realidade social com base na teoria crítica, especialmente a tradição marxista (Netto, 2003).

(...)

Há um movimento
volvendo a terra,
enfrentando conflitos,
recusando as palavras
que são apenas palavras.

Há um movimento
na boca da noite,
no meio do picadão,
forjando o tempo novo
entre o fogo e a cinza.

Há um movimento
na barriga de nossa
querida AMERÍNDIA,
anunciando
o dia que vem depois.

- Derli Cassali

CAPÍTULO 3 A POLÍTICA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA ABESS/ABEPSS E O MESS NA DÉCADA DE 1990

A década de 1990 no Brasil foi marcada por profundas transformações políticas, econômicas e sociais, fortemente influenciadas pelo cenário internacional. A crise e o colapso do chamado socialismo real, no final dos anos 1980, abriram espaço para a ofensiva neoliberal como ideário hegemônico, em consonância com as orientações dos organismos multilaterais e com a reestruturação produtiva global (Netto, 1996; 1999). A incorporação da lógica neoliberal às relações sociais traduziu-se na liberalização dos mercados, privatizações, ajuste fiscal e encolhimento do papel do Estado na garantia de direitos, acompanhados pela difusão de valores individualistas e mercadológicos. Entre seus efeitos mais evidentes estiveram o desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a flexibilização e destituição de direitos trabalhistas e sociais, a mercantilização de setores estratégicos — como saúde, educação e previdência — e a ampliação de práticas de corrupção na gestão pública.

A intensificação da lógica neoliberal e a reconfiguração das políticas sociais, a partir das últimas décadas do século XX, impuseram novos desafios ao Serviço Social, exigindo uma postura crítica diante da retração do Estado e da subordinação das políticas públicas à lógica de mercado. Nesse cenário, os embates em torno do projeto de formação profissional e da direção social da profissão ganharam centralidade, reforçando o compromisso com a defesa dos direitos sociais, a universalização das políticas públicas e a afirmação de uma perspectiva crítica frente às desigualdades estruturais.

Segundo Netto (1991), a conjuntura brasileira daquele período ainda carregava marcas estruturantes da formação social do país, caracterizada pelo desenvolvimento capitalista tardio e dependente, pela permanência de formas arcaicas de organização social e pela exclusão histórica das classes populares dos processos decisórios. Essas condições repercutiam diretamente nas políticas sociais e, conseqüentemente, no campo da formação profissional, demandando da categoria respostas articuladas às necessidades da classe trabalhadora.

Conforme Bravo et al. (2019), a “virada” da formação profissional no Serviço Social brasileiro não foi um processo espontâneo, mas resultado de acúmulos teóricos, políticos e organizativos construídos desde a década de 1980. Essa inflexão consolidou-se com a aprovação do Código de Ética de 1993 e a adoção de uma perspectiva curricular alinhada à crítica marxista, ancorada no projeto ético-político profissional. Tal processo contou com a participação ativa das entidades representativas (CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO), em articulação com movimentos sociais e universidades, e foi atravessado por conflitos e disputas

de projeto que refletiam as contradições da sociedade brasileira e da própria profissão (Bravo; Raizer; Lemos; Elpídio, 2019).

No plano político, o país atravessava crises institucionais e sucessivos escândalos de corrupção que, segundo Netto (1996), fragilizaram a confiança nas instituições e desestimularam a participação popular em espaços democráticos recém-conquistados. Frente à mercantilização da vida social e à perda de direitos, setores progressistas reorganizaram suas estratégias de resistência, entre eles o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), que buscou fortalecer sua intervenção política nas instâncias da categoria.

A Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) — que a partir de 1996 passaria a se denominar Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) — desempenhou papel estratégico ao coordenar a política nacional de formação profissional. A relação entre ABESS/ABEPSS e MESS ganhou relevância, pois os estudantes se mobilizaram para incidir nas decisões que definiriam os rumos da formação, participando de encontros, oficinas, eventos nacionais e dos debates sobre as Diretrizes Curriculares.

Essas transformações repercutiram tanto na política de formação profissional, que precisou resistir à tendência tecnicista e afirmar o projeto crítico da profissão, quanto na organização política do MESS, que se empenhou em ampliar sua articulação interna e sua presença nos espaços da categoria, como os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e as instâncias decisórias da ABEPSS. O resultado foi um processo tenso, mas fecundo, de aproximação e reorganização estrutural, no qual formação e exercício profissional se articularam em defesa de uma direção política comprometida com os interesses da classe trabalhadora.

Esse movimento não ocorreu de forma isolada. Ele dialogou diretamente com as transformações mais amplas da sociedade brasileira no período pós-ditadura, marcado pela promulgação da Constituição Federal de 1988 e pela ampliação dos espaços democráticos, mas também pelas tensões advindas das reformas neoliberais e da intensificação da lógica mercantil no ensino superior. Netto (1991) aponta que a particularidade da formação social brasileira, associada a um desenvolvimento capitalista tardio, dependente e excludente, condicionou tanto o desenho das políticas sociais quanto às formas de organização da classe trabalhadora e de suas entidades representativas.

No âmbito da formação profissional, Bravo et al. (2019) destacam que a “virada” na política de formação da ABESS/ABEPSS não foi apenas uma mudança curricular, mas um processo político e coletivo que envolveu diferentes sujeitos — docentes, estudantes, assistentes sociais e entidades representativas — na construção de diretrizes que rompessem com o

tecnicismo e assumissem o compromisso com uma formação crítica, articulando ensino, pesquisa e extensão. Esse protagonismo conjunto de ABESS/ABEPSS e MESS, especialmente através da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), foi determinante para a consolidação de princípios e estratégias de resistência frente às tendências conservadoras e mercantilizantes.

Desse modo, analisar a trajetória do MESS no contexto das transformações políticas e organizacionais da formação profissional significa reconhecer que sua atuação não se limitou a ocupar espaços institucionais, mas implicou disputar a direção social da profissão e tensionar a própria estrutura das entidades representativas. Ao articular mobilização estudantil, produção de propostas e participação nos fóruns deliberativos, o MESS contribuiu para a consolidação de um projeto ético-político crítico, capaz de enfrentar tanto as tendências conservadoras no interior da profissão quanto as ofensivas neoliberais na sociedade brasileira. É nesse horizonte que se inscrevem os três eixos que estruturam a análise a seguir: *(3.1) A RECOMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MESS E DA ABESS/ABEPSS; (3.2) A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO MESS NA CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABESS; e (3.3) A INSERÇÃO DO MESS NA ORGANIZAÇÃO DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS)*, reafirmando a unidade indissociável entre formação e exercício profissional.

3.1 A RECOMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MESS E DA ABESS/ABEPSS

A recomposição da estrutura organizacional do MESS e da ABESS/ABEPSS na década de 1990 esteve diretamente ligada ao amadurecimento político das entidades e à busca por maior articulação entre as dimensões de ensino, pesquisa e extensão, bem como entre estudantes, docentes e profissionais. Tal processo, insere-se no contexto mais amplo das transformações políticas, econômicas e sociais que marcaram o Brasil a partir da redemocratização e se aprofundaram com a intensificação da ofensiva neoliberal, redefinindo as relações sociais, as políticas públicas e as formas de organização coletiva.

A compreensão da recomposição organizativa do MESS e da ABESS/ABEPSS na década de 1990 não se sustenta sem recuperar o processo mais amplo de debates sobre a formação profissional vividos desde o final dos anos 1970. Esse acúmulo histórico foi

determinante para explicar tanto as tensões políticas que marcaram o período quanto o papel desempenhado pelos estudantes nos rumos da política de formação.

Conforme análise apresentada no relatório de pós-doutorado de Closs (2025), o processo de revisão curricular iniciado em 1994 envolveu oficinas regionais, diagnósticos nacionais e intensa participação estudantil.

O Currículo Mínimo de 1982 representou o primeiro grande movimento de ruptura com o modelo tecnicista e conservador que predominou na ditadura civil-militar. Ele foi resultado de articulações travadas ao longo das Convenções da ABESS entre 1975 e 1981, que reuniam docentes, estudantes e assistentes sociais com o propósito de redefinir criticamente a formação. A Convenção de 1979, em Natal, e sobretudo a de 1981, em Vitória, consolidaram uma concepção pedagógica vinculada à tradição marxista, ancorada na análise da realidade social, nas determinações da “questão social” e na defesa de uma formação voltada aos interesses da classe trabalhadora. (CLOSS, 2025)

Com a aprovação do currículo, a década de 1980 foi marcada por um intenso processo avaliativo promovido pela ABESS, que buscou compreender os avanços e limites do novo modelo. Pesquisas como Formação Profissional do Assistente Social no Brasil: determinantes históricos e perspectivas (1983–1984) e o estudo de avaliação pós-Currículo (1989–1991) apontaram insuficiências persistentes — especialmente a fragmentação entre história, teoria e método, a dificuldade de consolidação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e a necessidade de aprofundamento teórico-metodológico nas unidades de formação. Os estudos também evidenciaram a importância de fortalecer politicamente a categoria, no sentido de sustentar o projeto crítico que ganhava corpo nas escolas. (CLOSS, 2025)

Esse movimento ocorreu simultaneamente à redemocratização do país e à construção da Constituição de 1988, contexto que conferiu novo sentido à formação profissional. A ampliação dos direitos sociais e a institucionalização da Seguridade Social projetaram desafios à profissão, reforçando a necessidade de articular formação e condições concretas do exercício profissional. Ainda assim, o avanço das políticas neoliberais nos anos 1990 recolocou impasses: precarização das políticas sociais, cortes orçamentários, privatizações e reconfiguração das relações de trabalho. A formação enfrentava tanto ofensivas externas quanto dilemas internos — movimento que exigiu reorganização da ABESS/ABEPSS e, igualmente, do MESS.

É nesse cenário que a ABESS iniciou, em 1994, o processo de revisão curricular que culminaria nas Diretrizes Curriculares de 1996. Realizaram-se oficinas regionais e uma oficina nacional, ampliando a participação de docentes, profissionais e estudantes em diagnósticos e debates sobre o futuro da formação. A sistematização desses estudos resultou no Relatório

Síntese dos Impasses e Tensões da Formação Profissional (1995), documento que reuniu contribuições de todo o país e que expressou tanto o acúmulo crítico da década anterior quanto os desafios postos pela conjuntura neoliberal. Os estudantes, por meio da ENESSO, tiveram participação ativa nesse processo, especialmente na elaboração de análises sobre estágios, condições de formação, democratização da gestão e defesa da unidade entre teoria e prática. (CLOSS, 2025)

Esses debates forneceram a base política e teórica para a elaboração da Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional, discutida na Convenção Nacional da ABESS de 1995. Dali emergiu a arquitetura que seria formalizada nas Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996, organizando a formação em núcleos de fundamentação e reafirmando o projeto ético-político construído coletivamente desde os anos 1980. (CLOSS, 2025)

Assim, quando o MESS entra na década de 1990 em processo de reorganização, já encontra um campo de formação marcado por intensos embates teórico-políticos e por um acúmulo crítico que vinha sendo construído há mais de uma década. É nesse terreno que sua atuação se insere — em diálogo, tensionamento e disputa — contribuindo para definir os rumos da política de formação profissional na virada dos anos 1990.

Segundo Netto (1991), o desenvolvimento tardio do capitalismo brasileiro, aliado à herança de formas arcaicas de organização social e política, condicionou profundamente as estruturas institucionais e os movimentos sociais no país. No campo da educação superior e da formação profissional, esse cenário se expressou na necessidade de repensar as bases organizativas e as estratégias de articulação das entidades representativas da categoria.

Bravo et al. (2019) apontam que a década de 1990 foi marcada pela consolidação de um projeto de formação profissional crítico, ancorado no referencial marxista e articulado à defesa intransigente da educação pública, gratuita e de qualidade. Nesse processo, a ABEPSS desempenhou papel central, reorganizando-se internamente para ampliar a participação de diferentes segmentos da categoria e fortalecendo seu vínculo com o movimento estudantil. A ENESSO, enquanto instância máxima do MESS, também vivenciou mudanças significativas, aprimorando suas coordenações nacionais e regionais, fóruns deliberativos e instrumentos de planejamento (Zanelli, 2023).

Os documentos da ENESSO (2014; 2015) evidenciam como a entidade estruturou-se para articular ensino, pesquisa e extensão, por meio de coordenações nacionais e regionais, fóruns deliberativos e instrumentos de planejamento, valorizando a memória e o registro histórico como elementos estratégicos para a continuidade das lutas. Ao mesmo tempo, apresentam a ENESSO como um espaço democrático de articulação entre diferentes entidades

estudantis e movimentos sociais, sustentado por princípios combativos e pelo compromisso com a defesa da educação pública. Essa configuração institucional reflete o amadurecimento político do movimento estudantil nos anos 1990, período em que o MESS buscava consolidar sua participação em instâncias decisórias e influenciar a construção de um projeto formativo crítico no Serviço Social.

No entanto, a relação entre MESS e ABESS/ABEPSS na década de 1990 não foi isenta de tensões. As entrevistas coletadas revelam percepções distintas sobre os desafios da representação estudantil nesses espaços. A Entrevista A recorda:

“No eixo de formação profissional, sempre convidávamos as pessoas que representavam os estudantes na ABEPSS para dialogar nos eventos, para informar o que estava acontecendo nas reuniões e acompanhar de perto essas dinâmicas. Como eu disse, às vezes, quando a ABEPSS discutia algum tema que o movimento estudantil concordava, tudo ficava certo. Mas, quando havia divergência, havia a ideia de que quem estava lá deveria atuar como oposição. Então começamos a discutir qual era nosso papel dentro daquela entidade, que era outra organização, mesmo sendo parte do movimento estudantil.” (Entrevista A)

Essa fala demonstra que a inserção estudantil na ABEPSS não era meramente formal, mas envolvia o debate sobre a função política da representação, os limites institucionais e a necessidade de manter a autonomia do movimento estudantil. A mesma entrevistada complementa:

“Embora trouxéssemos a cultura do movimento estudantil, naquele momento estávamos representando uma entidade, a ABEPSS. Estávamos ali para dialogar e posicionar, mas no papel institucional da entidade.” (Entrevista A)

Essa fala evidencia que, mesmo diante de uma aproximação institucional, havia uma constante tensão sobre os limites e possibilidades da representação estudantil. A participação no interior da ABEPSS exigia, por parte dos representantes, a compreensão de que naquele espaço não se falava apenas “em nome do movimento”, mas também em nome de uma entidade com suas próprias diretrizes e deliberações a entrevistada ainda coloca:

“Eu me lembro que essa questão da inserção da representação estudantil na ABEPSS sempre foi um desafio pra gente. Havia uma tensão ali: como participar do movimento estudantil e, ao mesmo tempo, representar os estudantes numa instância voltada ao ensino, à formação profissional, que depois viria a ser Ensino e Pesquisa no Serviço Social.” (Entrevista A).

O desafio de conciliar o papel de militante do MESS com o de representante institucional na ABEPSS foi recorrente e, como aponta Bravo et al. (2019), fazia parte do processo de amadurecimento político da representação estudantil.

Ainda segundo Bravo et al. (2019), nos primeiros anos dessa recomposição, a ABEPSS mantinha uma estrutura mais centralizada e pouco permeável à participação estudantil orgânica. Esse cenário é confirmado pela Entrevista B:

“Naquela época, a gente ainda sentia uma grande distância entre o movimento estudantil e a ABESS. Era difícil ter espaço, especialmente para os estudantes. Lembro de um encontro da ABESS em Florianópolis que só conseguimos participar com muito esforço [...] A participação nos espaços de formação era muito disputada. A gente brigava muito para ter voz nas discussões. O movimento estudantil não tinha muito espaço, era tudo bem segregado ainda. Mas mesmo assim, a gente ia, mesmo sem estrutura, mesmo sem apoio, com muita garra.” (Entrevista B).

De acordo com Bravo et al. (2019), a reestruturação da ABEPSS na década de 1990 envolveu a criação de espaços mais democráticos de interlocução com o MESS, especialmente a partir do reconhecimento formal da representação estudantil na direção da entidade. Contudo, no início desse processo, a participação era predominantemente formal e pouco integrada, como narra a Entrevista H:

“...tinha a ABESS que tinha um representante estudantil por região. Mas era uma participação muito mais formal, mais no campo institucional mesmo, sabe? Não era como hoje, que a construção é mais coletiva, mais horizontal. Naquele período, a relação era mais distante, com menos espaço para esse envolvimento direto dos estudantes” (Entrevista H).

A entrevistada C reforça que a transformação da ABESS em ABEPSS, incorporando a dimensão da pesquisa e da pós-graduação, foi acompanhada da criação da representação estudantil na diretoria — conquista simbólica e política para o MESS:

“A formação sempre foi um eixo central na articulação do movimento estudantil com a ABEPSS e o CFESS. Isso se expressava nas bandeiras que defendíamos coletivamente, como a criação da representação estudantil na diretoria da ABEPSS, algo que foi conquistado com muito esforço e simboliza o reconhecimento de que estudantes são sujeitos ativos na construção da formação profissional” (Entrevista C).

As entrevistas realizadas para esta pesquisa evidenciam também a dimensão prática dessas conquistas. Uma participante recorda:

“A criação da representação discente nacional foi uma vitória, porque nos permitiu estar nas reuniões da ABESS/ABEPSS com voz e voto. Antes, a gente tinha que disputar espaço

até para falar, e muitas vezes não tínhamos acesso aos documentos com antecedência. Essa mudança foi fruto de muita insistência e mobilização" (Entrevista A).

Outro entrevistado relembra:

"O seminário que organizamos em paralelo ao encontro da ABESS foi um momento histórico. Conseguimos pautar temas que não estavam na programação oficial, como a precarização do estágio e a falta de bolsas de pesquisa, e isso acabou entrando no debate das diretrizes" (Entrevista B).

Além disso, a própria ABESS/ABEPSS passava por um processo interno de transformação, como descreve a entrevistada C:

"A ABESS também passou por uma transformação importante, incorporando a ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e assumindo como eixo a articulação do ensino, da pesquisa e da pós-graduação, algo que é singular se comparado a outras áreas. Essas transformações dos anos 90 refletem um processo mais amplo de reorganização e amadurecimento da categoria, iniciado ainda nos anos 80, com a reconstrução das entidades e a consolidação da direção crítica da profissão. Nesse contexto, reformulamos instrumentos fundamentais: do currículo mínimo de 1982 às Diretrizes Curriculares de 1996; do Código de Ética de 1986 ao Código de 93, que aprofunda uma perspectiva ética marxista e rompe de forma mais decidida com a ética tradicional e com a neutralidade" (Entrevista C).

outra participante ressaltou a mudança de perspectiva trazida pela transformação da ABESS para a ABEPSS:

"A mudança de ABESS para ABEPSS não foi só uma troca de nome, foi uma mudança de perspectiva. Passamos a pensar a formação também como produção de conhecimento e como espaço de disputa política" (Entrevista B).

Outro depoimento destacou a importância da representação discente:

"Ter voz nos espaços nacionais da ABEPSS significava disputar a concepção de formação, e isso mudava o jeito de se organizar na base" (Entrevista C).

Essa recomposição estrutural, portanto, não se limitou a ajustes administrativos: ela expressou a correlação de forças no interior da categoria, refletiu o avanço de um projeto profissional comprometido com as demandas da classe trabalhadora e mostrou que a presença estudantil nos espaços institucionais era parte integrante dessa disputa — ainda que permeada por contradições.

Tais relatos dialogam com a análise de Bravo et al. (2019), para quem a inclusão efetiva dos estudantes na estrutura da ABESS/ABEPSS foi fruto de disputas internas, resultando

gradualmente na ampliação da participação discente em instâncias decisórias. Apesar das barreiras estruturais e políticas, a presença estudantil era fruto de esforço militante e comprometimento político, reforçando o caráter combativo do MESS. Esses depoimentos evidenciam que a recomposição estrutural não se restringiu a ajustes administrativos, mas constituiu um processo de disputa política, tensionado pela necessidade de superar práticas centralizadoras, ampliar a democracia interna e articular ensino, pesquisa e extensão. A criação de instâncias como a SESSUNE e da Representação Discente Nacional, bem como a organização de Seminários de Formação Profissional, demonstra que o movimento estudantil atuou de forma estratégica, garantindo voz e protagonismo na definição das diretrizes formativas e contribuindo decisivamente para a consolidação de um projeto ético-político crítico no Serviço Social.

3.2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO MESS NA CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABESS (1996)

A década de 1990 no Brasil foi marcada pela intensificação da ofensiva neoliberal, que se materializou em políticas de ajuste fiscal, privatizações, desmonte de direitos e precarização do trabalho. Netto (1991) destaca que esse processo esteve associado à reestruturação produtiva em escala global, aprofundando o desemprego estrutural e transferindo para a esfera individual responsabilidades que deveriam ser públicas. No campo educacional, esse movimento implicou pressões para flexibilização curricular, tecnicismo e adaptação da formação profissional às demandas imediatas do mercado.

Nesse cenário, a ABEPSS se posicionou em defesa de um projeto de formação profissional crítico, ancorado na teoria social de Marx e articulado ao Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. Como apontam Bravo et al. (2019), a elaboração das Diretrizes Curriculares de 1996 foi resultado de um processo coletivo e amplamente debatido, que envolveu docentes, profissionais e estudantes. O documento final rompeu com perspectivas tecnicistas e reafirmou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além da compreensão da “questão social” como expressão das contradições entre capital e trabalho.

A ENESSO (2015) reforça que o MESS, ao participar desse processo, buscou garantir que as diretrizes refletissem um compromisso com a formação de profissionais críticos, capazes de intervir na realidade social de forma transformadora. Essa participação se deu de forma concreta nas Oficinas Regionais e Nacionais, espaços de debate que precederam a aprovação

das diretrizes, e também por meio da apresentação de teses e moções em encontros e congressos.

A Entrevista A traz um relato importante sobre essa participação:

"A gente participou das oficinas para discutir a proposta de diretrizes curriculares, levando o acúmulo que tínhamos construído nos encontros da ENESSO. Nosso papel era tensionar para que as diretrizes não caíssem no tecnicismo, mas garantissem a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. E também que expressassem o compromisso com a classe trabalhadora, que é quem mais sofre com as consequências das políticas neoliberais" (Entrevista A).

O depoimento evidencia o alinhamento do MESS ao projeto crítico da ABEPSS, mas também a necessidade de disputar os rumos da formação profissional frente a tendências conservadoras e mercadológicas. As teses defendidas pelo MESS nesses espaços enfatizavam a necessidade de:

- Preservar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Garantir estágio supervisionado de qualidade;
- Combater a mercantilização da formação;
- Assegurar o caráter público da educação.

A defesa do vínculo orgânico entre formação e prática social constituiu uma das principais teses do movimento estudantil. Em diversos encontros, o MESS apresentou documentos e moções reforçando que as Diretrizes Curriculares deveriam assegurar: (1) a centralidade da teoria social crítica, especialmente o referencial marxista; (2) a articulação entre disciplinas teóricas e a prática supervisionada; e (3) a inserção da pesquisa como dimensão formativa fundamental. Conforme a entrevistada A:

"A gente entendia que não bastava participar para marcar presença. Era preciso incidir no conteúdo. Então, sempre levávamos propostas escritas, defendíamos nas plenárias e buscávamos articular com outras forças que também defendiam uma formação crítica. Era um processo exaustivo, mas muito formativo para nós enquanto militantes e futuros profissionais" (Entrevista A).

A atuação estudantil não se limitou à crítica teórica. Ela esteve diretamente vinculada à pressão pela democratização da ABEPSS, participando de fóruns de deliberação e articulando, com docentes e profissionais, a formulação de um projeto ético-político de Serviço Social que incorporasse as demandas sociais emergentes, a pesquisa científica e a prática crítica em serviço

social.

Uma entrevistada relembra:

"A gente se preparava meses antes das Oficinas, discutindo com as bases, fazendo documentos, articulando com outras regiões. Era um trabalho intenso e coletivo" (Entrevista D).

Outro depoimento complementa:

"As Diretrizes não caíram do céu, foram fruto de muito debate e disputa. O estudante estava lá, defendendo cada vírgula que representava um avanço" (Entrevista E).

A participação política do MESS nesse processo foi decisiva para que as Diretrizes Curriculares de 1996 incorporassem a perspectiva crítica e democrática que ainda orienta a formação em Serviço Social.

O MESS participou ativamente das oficinas regionais e nacionais, buscando influenciar a redação final das diretrizes. Como relatou uma entrevistada:

"Participamos ativamente desse processo por meio da representação estudantil na ABESS e nas oficinas regionais e nacionais. Nosso foco era discutir como cada universidade aplicaria essas diretrizes, reforçando o papel do MESS na luta por uma formação profissional crítica, pública, gratuita e de qualidade" (Entrevista I).

Essa participação era permeada por debates sobre o papel do estudante nas instâncias de decisão. Como lembra uma liderança estudantil:

"Não é algo comum, uma associação científica geralmente é formada por pesquisadores e docentes, e a ideia de que estudantes sejam protagonistas no debate sobre formação é uma particularidade" (Entrevista F).

A atuação estudantil não se restringia a uma presença formal: a SESSUNE chegou a formular e apresentar um projeto próprio de reestruturação da formação:

"E lembro que a gente fez muita pressão para que essa gestão iniciasse a revisão curricular, mas acabou não fazendo esse processo. Tanto que a SESSUNE da época formulou e apresentou um projeto de reestruturação da formação profissional, porque entendíamos que não dava mais para seguir do jeito que estava" (Entrevista G).

Expressando a compreensão de que o estudante é sujeito ativo na disputa do projeto formativo:

"A contribuição dos estudantes é muito particular, pois eles estão em processo de formação, diferente da visão do professor ou professora, que já está no exercício da profissão há anos e acumula avaliações e compreensões mais profundas sobre o processo formativo, incluindo fragilidades teóricas que os estudantes têm dificuldade de perceber ou apontar."

Assim, a participação estudantil contribui principalmente para pensar como os estudantes devem ser protagonistas da própria formação, mas não consegue avançar em outras frentes, como uma avaliação mais teórica e sistemática do processo de formação e suas fragilidades” (Entrevista F).

Outra entrevistada relata que a transição do currículo mínimo para as diretrizes curriculares nacionais foi um momento de intensa participação política:

“A transição do currículo mínimo para as diretrizes curriculares nacionais, a partir de 1996, foi um marco importante. Participamos ativamente desse processo por meio da representação estudantil na ABESS e nas oficinas regionais e nacionais. Nosso foco era discutir como cada universidade aplicaria essas diretrizes, reforçando o papel do MESS na construção dos currículos e na luta por uma formação profissional crítica, pública, gratuita e de qualidade” (Entrevista I).

As oficinas realizadas no período foram espaços privilegiados de interlocução e também de disputa de projetos. A participação estudantil nesses momentos não era apenas simbólica; ela se materializava em contribuições teóricas e políticas, como relembra a entrevistada D:

“A gente levava propostas, discutia muito antes nas nossas reuniões de base, e quando chegava nas oficinas da ABEPSS já vinha com a posição construída. Muitas vezes, nossas propostas eram polêmicas, principalmente quando defendíamos uma formação que não abrisse mão do caráter crítico e da articulação com os movimentos sociais. Tinha professor que achava que estávamos indo longe demais, mas nós acreditávamos que a formação precisava estar conectada com a realidade de luta” (Entrevista D).

Além disso, o MESS apresentou teses em encontros da ABEPSS que defendiam, entre outros pontos: a recusa à flexibilização curricular; a ampliação da carga horária para disciplinas teóricas de fundamentação; e o fortalecimento da formação em pesquisa como instrumento de intervenção crítica.

A Entrevista H aponta um aspecto interessante desse momento:

“Nas oficinas, a gente levava propostas bem concretas, mas às vezes encontrava resistência de alguns setores que achavam que os estudantes queriam só fazer barulho. Mas com o tempo fomos mostrando que tínhamos acúmulo teórico e político para contribuir de verdade.” (Entrevista H)

A Entrevista C descreve a importância da presença estudantil nas oficinas:

“Nós éramos firmes em defender que a formação não poderia ser reduzida a competências técnicas. Defendíamos que o Serviço Social precisava manter o vínculo com a luta social e com o entendimento crítico da “questão social”. Nas oficinas, muitas vezes éramos

minoria, mas fazíamos questão de registrar nosso posicionamento” (Entrevista C)

Esses relatos demonstram que a participação do MESS nas Diretrizes Curriculares de 1996 não se restringiu a um papel simbólico. Ao contrário, foi uma atuação substantiva, sustentada por um acúmulo político-organizativo que vinha sendo construído desde a recomposição estrutural analisada no subitem anterior.

O Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) desempenhou papel fundamental nesse processo. Sua atuação não se limitou a ocupar espaços formais nas comissões e encontros, mas incluiu a mobilização da base estudantil, a organização de encontros paralelos e a proposição de pautas específicas relacionadas às condições concretas de formação, como a precarização dos estágios, a falta de bolsas e o acesso desigual aos materiais de estudo.

Um(a) entrevistado(a) relatou que:

"Na época, não era só ir para a reunião da ABESS. Tinha todo um trabalho de base antes, discutindo nos CAs e DAs o que a gente ia defender lá. As diretrizes não caíram do céu, a gente ajudou a escrever e a disputar cada vírgula." (Entrevista C)

Outro depoimento reforça essa dimensão:

"Lembro que conseguimos colocar no texto a importância da pesquisa como parte da formação, porque havia resistência de alguns setores que viam a graduação só como preparação para o mercado de trabalho imediato. Nossa defesa era de que o assistente social precisava ter capacidade crítica e de produção de conhecimento." (Entrevista D)

A participação discente se deu também por meio da produção de documentos e manifestos encaminhados às plenárias da ABESS, nos quais eram sistematizadas as contribuições estudantis. Em alguns casos, a pressão política exercida pelo MESS foi determinante para que determinadas pautas fossem incorporadas às diretrizes, como a valorização das atividades de extensão e a obrigatoriedade de supervisão qualificada nos estágios.

Além disso, a presença de estudantes nos grupos de trabalho da ABESS possibilitou uma interlocução direta com docentes e coordenadores de curso, reduzindo a distância entre as instâncias deliberativas e a realidade das salas de aula. Como apontam as entrevistas, essa participação foi resultado de um amadurecimento político-organizativo que vinha se construindo desde os anos 1980, quando o movimento estudantil retomou força após o período de repressão da ditadura militar.

Assim, o processo de construção e implementação das Diretrizes Curriculares de 1996 pode ser compreendido como um momento de convergência entre o projeto de formação defendido pela ABESS/ABEPSS e a ação política do MESS, em que a pressão estudantil

contribuiu para assegurar que a formação profissional permanecesse socialmente referenciada e comprometida com a realidade da classe trabalhadora.

Assim, a participação do MESS na construção das Diretrizes Curriculares de 1996 deve ser compreendida como parte de um movimento mais amplo de disputa pela direção social da formação profissional, articulando-se com o projeto de ruptura com o conservadorismo e de afirmação do compromisso ético-político do Serviço Social com as lutas da classe trabalhadora.

Essa postura dialoga com o que Bravo et al. (2019) chamam de “pressão política qualificada” exercida pelo MESS sobre a ABEPSS. Não se tratava apenas de marcar presença, mas de disputar efetivamente os rumos da política de formação profissional. Essa disputa se dava também pela elaboração de teses, como relata a entrevistada E:

"Teve um encontro em que apresentamos uma tese inteira sobre a importância de garantir no currículo disciplinas que tratassem diretamente da luta de classes e dos direitos sociais, não só de forma transversal, mas como conteúdo específico. Foi uma luta grande para incluir isso, e conseguimos avançar em alguns pontos." (Entrevista E)

Netto (1991) ressalta que, em um contexto de ofensiva neoliberal — marcado pela privatização, flexibilização do trabalho e destituição de direitos —, disputar o conteúdo e a orientação das diretrizes curriculares significava, em última instância, resistir à mercantilização do ensino e à adaptação da formação profissional às exigências imediatistas do mercado. Nesse sentido, a inserção do MESS no processo de construção das diretrizes foi também uma estratégia de defesa da educação pública e de enfrentamento às políticas neoliberais.

Essa participação não esteve isenta de desafios internos. Como lembra a entrevistada F:

"Tinha hora que era muito difícil, porque a gente defendia certas pautas, mas nem sempre conseguia apoio de todo o movimento estudantil. Era um esforço grande para mobilizar as bases e fazer todo mundo entender a importância daquilo. Mas quando víamos nossas propostas sendo incorporadas nas diretrizes, sentíamos que valia a pena." (Entrevista F)

Esse engajamento reflete a compreensão do MESS sobre o papel político da formação profissional. Para o movimento, a disputa curricular era também uma disputa de projeto societário, conforme aponta Netto (1991) ao analisar como a ofensiva neoliberal procurou reconfigurar não apenas o mercado de trabalho, mas também os processos formativos, adaptando-os às necessidades do capital.

A Entrevista D ilustra um momento emblemático de tensão:

"Teve uma oficina em que a proposta que estava sendo colocada era reduzir a carga horária das disciplinas teóricas e aumentar a parte prática, mas com um viés muito instrumental. Nós argumentamos que isso enfraqueceria a capacidade crítica dos futuros

assistentes sociais. Foi uma discussão acalorada, mas conseguimos garantir que a carga horária teórica fosse mantida e que a prática tivesse uma orientação crítica.” (D)

Esse episódio evidencia como a participação do MESS foi além da representação formal, atuando ativamente na construção do conteúdo das Diretrizes e resistindo a tendências de flexibilização alinhadas ao ideário neoliberal.

Com a aprovação final das Diretrizes Curriculares de 1996, a ABEPSS consolidou um documento que, apesar de conter avanços significativos, refletiu também o resultado das correlações de força daquele momento. O MESS, por sua vez, saiu fortalecido dessa experiência, acumulando aprendizados organizativos e políticos que influenciariam sua atuação nos anos seguintes.

A partir dessas experiências, consolidou-se uma prática de articulação orgânica entre o MESS e a ABEPSS no campo da formação profissional, ainda que permeada por contradições e tensões. Essa organicidade se expressou na defesa conjunta de princípios que, mais tarde, seriam incorporados ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, reforçando o compromisso com uma formação voltada para a emancipação humana.

A aprovação das Diretrizes em 1996 representou uma vitória importante, consolidando a hegemonia do projeto crítico no Serviço Social brasileiro naquele momento. Porém, como lembram Bravo et al. (2019), a sua efetivação e defesa se tornaram tarefas permanentes, sobretudo diante do avanço posterior de reformas educacionais alinhadas ao neoliberalismo.

3.3 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO MESS NA ORGANIZAÇÃO DOS CBAS

O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) constitui-se como um dos principais espaços de articulação política, debate teórico e definição de rumos da profissão no Brasil. Sua realização periódica mobiliza diferentes segmentos da categoria, incluindo a articulação das entidades representativas — o Conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e a ENESSO —, refletindo a organicidade e a unidade entre trabalho e formação profissional.

A participação estudantil em eventos como o CBAS é fundamental para garantir a unidade entre as lutas estudantis e profissionais, fortalecendo a perspectiva crítica e combativa que caracteriza o projeto de formação defendido pela entidade. Tal inserção também possibilita que as demandas específicas da formação sejam incorporadas à agenda política mais ampla da categoria.

Um(a) entrevistado(a) recorda que:

"O CBAS sempre foi mais do que um evento acadêmico. Pra gente, era um momento de encontro, de fazer alianças, de colocar nossas pautas no mesmo nível das dos profissionais. Era o lugar onde podíamos mostrar que o estudante também é sujeito político." (Entrevista E)

Outro depoimento reforça o papel mobilizador do congresso:

"Naquele ano, organizamos uma caravana de mais de 40 estudantes de vários estados. Passamos dias discutindo como levar nossas propostas e como articular com outras regiões. O CBAS era um espaço de aprendizado político intenso." (Entrevista F)

Além de ampliar o intercâmbio nacional e a articulação com outras regiões, a atuação do MESS no CBAS contribuiu para consolidar a concepção de que formação profissional e trabalho são dimensões indissociáveis, articuladas pela luta por direitos e pela defesa da educação pública.

A entrevistada G recorda como essa articulação se dava na prática:

"No CBAS a gente não ia só para assistir, a gente ia para fazer parte mesmo. Tinha estudantes na organização das atividades, na elaboração de documentos e na mobilização para as plenárias. Era um momento em que a gente conseguia mostrar que a luta por uma formação crítica estava diretamente ligada à luta por condições de trabalho dignas para os assistentes sociais." (Entrevista G)

A entrevistada H reforça o papel pedagógico desse processo:

"A gente aprendia muito no CBAS, não só nas mesas e debates, mas também na convivência com assistentes sociais que estavam na linha de frente da luta. Era um espaço de formação política intensa, e a gente voltava para as nossas bases carregado de ideias e propostas para continuar a mobilização" (Entrevista H).

O caráter formativo e mobilizador do CBAS também se manifestava nas intervenções estudantis durante as plenárias, nas quais, muitas vezes, eram feitas defesas contundentes contra retrocessos. Além do papel formativo, o CBAS proporcionava ao MESS oportunidades de intercâmbio nacional, permitindo que estudantes conhecessem experiências e estratégias de luta de diferentes regiões do país. A participação nesses espaços contribuía para a consolidação da identidade política do movimento, ampliando sua capacidade de intervenção em outros fóruns, como as reuniões da ABESS/ABEPSS e os encontros regionais.

Se consolidou como estratégia política para enfrentar os ataques ao projeto profissional. Essa articulação permitia que as demandas e propostas dos estudantes encontrassem ressonância nas instâncias deliberativas mais amplas da categoria.

A Entrevista B descreve esse processo de articulação:

"Nos CBAS a gente chegava sempre com uma delegação organizada, com nossas teses

e propostas já discutidas nas reuniões da ENESSO. Tinha um esforço muito grande de dialogar com o CFESS, com a ABEPSS, para que nossas pautas entrassem nas resoluções finais. Não era só estar no evento, mas participar de todo o processo político que antecedia e sucedia o congresso” (Entrevista B).

Essa inserção não se restringia à defesa de pautas estudantis específicas, mas articulava questões mais amplas da profissão e da sociedade, como a defesa das políticas sociais públicas, a crítica às reformas neoliberais e a luta contra a precarização do trabalho profissional.

A entrevista C reforça essa dimensão de unidade na luta:

“A gente tinha clareza de que a luta pela formação estava ligada à luta pelas condições de trabalho. Não adiantava formar criticamente se o mercado de trabalho estava cada vez mais precarizado. Por isso, defendíamos no CBAS a necessidade de enfrentar o desmonte das políticas sociais e a flexibilização dos vínculos trabalhistas” (Entrevista C).

O MESS desempenhou também papel importante na mobilização e organização interna dos CBAS, realizando plenárias estudantis, elaborando materiais de intervenção e garantindo a presença ativa dos estudantes nas mesas, grupos de trabalho e plenárias finais. Essas ações ajudavam a consolidar a identidade política do movimento e a ampliar sua legitimidade dentro da categoria.

A Entrevista D lembra um momento marcante:

“No CBAS de 1999, conseguimos aprovar uma moção importante contra a mercantilização do ensino superior, que estava avançando muito rápido naquele período. Foi fruto de uma articulação intensa com outras entidades estudantis e com professores que também estavam preocupados com esse processo” (Entrevista D).

Esse episódio revela como a atuação do MESS no CBAS extrapolava a pauta estritamente acadêmica, conectando-se a debates estruturais sobre a educação e o projeto societário defendido pela categoria.

A relação entre trabalho e formação profissional constituiu um dos eixos estruturantes dos debates realizados, compreendida na perspectiva de totalidade. Conforme Netto (1991), o Serviço Social, como trabalho assalariado inserido na divisão social e técnica do trabalho, é atravessado pelas mesmas contradições que marcam a classe trabalhadora. Nesse sentido, a defesa de uma formação crítica estava diretamente vinculada à luta pela valorização e pelas condições dignas de trabalho.

Bravo et al. (2019) registram que, nos CBAS da década de 1990, consolidou-se a organicidade entre as entidades representativas da categoria — ENESSO, ABEPSS e o conjunto CFESS/CRESS —, o que fortaleceu a unidade de ação e potencializou a incidência política.

Assim, a participação do MESS nos CBAS dessa década representou a expressão concreta da articulação entre trabalho e formação profissional, reafirmando o papel político dos estudantes na construção e na defesa do projeto ético-político do Serviço Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação analisou a participação do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) na política de formação profissional no Brasil durante a década de 1990, com foco na democratização da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e na construção das Diretrizes Curriculares de 1996.

Partiu-se da questão central: **quais processos foram determinantes para a participação política dos estudantes de Serviço Social na política de formação profissional coordenada pela ABESS/ABEPSS nos anos 1990?**

A pesquisa revelou que o MESS se consolidou, nesse período, como sujeito político autônomo e estratégico, capaz de articular pautas gerais do movimento estudantil — como a defesa da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade — com demandas específicas da profissão, notadamente a reformulação curricular e a ampliação da representação discente nos espaços decisórios da ABEPSS. Essa articulação foi viabilizada por um contexto de intensa disputa política, marcado pela ofensiva neoliberal, pela reestruturação produtiva e pelos desafios de implementação da Constituição de 1988.

Os resultados indicam que a década de 1990 constituiu um marco na redefinição das relações entre estudantes, entidades representativas e a política de formação profissional. As entrevistas e a análise documental demonstram que a presença discente na ABEPSS foi fruto de disputas prolongadas, nas quais a militância estudantil desempenhou papel decisivo para tensionar estruturas centralizadas e propor uma formação comprometida com o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. A conquista de assentos discentes na diretoria nacional e nas regionais da ABEPSS não foi um gesto isolado, mas resultado de um acúmulo histórico de mobilização e formulação política.

Do ponto de vista teórico, o estudo reafirma a importância de compreender o movimento estudantil como sujeito político e coletivo de resistência, cuja capacidade de incidência se constrói em articulação entre formação acadêmica e engajamento social. Metodologicamente, o materialismo histórico-dialético e a abordagem qualitativa permitiram captar a complexidade dessas experiências, evidenciando como a militância contribuiu para a formação crítica de uma geração de assistentes sociais.

Politicamente, a pesquisa demonstra que a inserção do MESS na formulação da política de formação não apenas ampliou a representatividade discente, mas fortaleceu uma perspectiva de formação crítica e socialmente referenciada. Ao mesmo tempo, revelou limites estruturais, como a distância entre as direções nacionais e a base estudantil, bem como a dificuldade de

manter a continuidade organizativa diante das mudanças geracionais e conjunturais.

Entre as principais contribuições desta dissertação, destaca-se, em primeiro lugar, o resgate histórico da atuação do MESS nos anos 1990, sistematizando experiências e estratégias de sujeitos que vivenciaram essa época. Soma-se a isso a análise da democratização da ABEPSS como um processo político-pedagógico, cujos efeitos se refletem diretamente na qualidade e na direção social da formação profissional, reafirmando o compromisso com os princípios do projeto ético-político da profissão. Por fim, evidencia-se a valorização da militância estudantil enquanto espaço formativo que ultrapassa os limites da sala de aula, articulando a formação acadêmica às lutas sociais mais amplas e reforçando o papel do estudante como sujeito político ativo na construção de uma sociedade democrática e socialmente referenciada.

Reconhece-se, contudo, que o estudo não esgota a temática. Limita-se ao recorte temporal dos anos 1990 e ao universo de sujeitos entrevistados, o que abre caminho para investigações futuras sobre as transformações recentes no movimento estudantil de Serviço Social, as disputas contemporâneas na política de formação e os impactos das reformas educacionais e trabalhistas do século XXI.

Conclui-se que a experiência do MESS nos anos 1990 reafirma que a formação profissional é, inevitavelmente, um campo de disputa política. Nesse terreno, a participação estudantil se mostra não apenas legítima, mas essencial para a consolidação de um projeto profissional comprometido com a justiça social, a democracia e a emancipação humana. O legado desse período permanece como referência para as lutas atuais, inspirando novas gerações a assumirem, com consciência crítica e compromisso coletivo, o protagonismo na construção do Serviço Social que desejam para o futuro.

Assim, o movimento estudantil em Serviço Social permanece um ator imprescindível para a consolidação da democracia, para a formação de profissionais críticos e para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária. Como destacou um dos entrevistados: *parafraseando o professor José Paulo Netto: “onde não há movimento estudantil, a universidade não avança”. E acrescentou: “sem movimento estudantil, o Serviço Social também não avança — pelo menos, não do modo como avançou até aqui”*. Essa afirmação sintetiza não apenas o legado do MESS na década de 1990, mas também o desafio permanente de sustentar e renovar a participação estudantil como força viva na defesa de uma formação comprometida com os interesses da classe trabalhadora e com a transformação social.

Além das conclusões apresentadas, torna-se fundamental aprofundar alguns elementos centrais identificados ao longo da pesquisa, especialmente aqueles vinculados às entrevistas, à análise documental e ao resgate histórico realizado nos capítulos anteriores. A sistematização

das narrativas dos sujeitos permitiu observar elementos estruturantes da atuação do MESS que extrapolam o contexto da década de 1990, reafirmando seu papel na conformação da identidade crítica do Serviço Social brasileiro.

Um dos elementos mais significativos refere-se ao papel formativo da militância. As entrevistas reforçam que a participação no MESS constituiu um espaço privilegiado de formação política, ampliando a capacidade analítica, o senso crítico e o engajamento coletivo dos estudantes. Esse processo formativo não se restringiu às pautas acadêmicas, mas se articulou às lutas sociais mais amplas, como a defesa da democracia, da universidade pública e dos direitos sociais. Tal formação ampliada contribuiu para estudantes ocupassem, anos depois, assumissem espaços de direção e/ou representação no Conjunto CFESS-CRESS e/ou ABEPSS, demonstrando a continuidade entre militância estudantil e exercício profissional comprometido.

Outro aspecto relevante diz respeito à articulação entre democratização interna da ABEPSS e reorientação da formação profissional. As falas dos entrevistados evidenciam que a abertura institucional da entidade não foi um processo automático ou concedido, mas fruto de tensões, disputas e acúmulos organizativos construídos pelos estudantes em diálogo com docentes e profissionais alinhados ao projeto ético-político. A inclusão da representação discente, as plenárias de estudantes, os seminários paralelos e as disputas nas etapas das Diretrizes Curriculares de 1996 foram indicados como momentos decisivos para que o MESS se consolidasse como sujeito político legítimo na construção de um novo perfil de formação.

A pesquisa também revelou a importância da organicidade entre as entidades da categoria. A articulação ENESSO–ABEPSS–CFESS/CRESS, fortalecida nos anos 1990, foi decisiva para consolidar uma direção política comum. As entrevistas destacam que essa unidade não foi isenta de conflitos, mas possibilitou o enfrentamento à agenda neoliberal que ameaçava a formação profissional, o estágio supervisionado, as políticas sociais e o projeto ético-político. Essa cooperação estratégica permanece, até hoje, como referência para compreender a capacidade de incidência do Serviço Social nas disputas educacionais e profissionais.

Do ponto de vista metodológico, outro achado importante foi a valorização das memórias militantes como fonte legítima de produção de conhecimento. Os relatos demonstram que a história do MESS, foi pouco registrada institucionalmente, o que reforça a relevância desta dissertação para a preservação da memória política do movimento estudantil.

Também se destaca, como achado, a percepção recorrente entre os entrevistados de que a disputa curricular era, na verdade, uma disputa de projeto societário. Ao contestarem propostas tecnicistas, flexibilizadoras e alinhadas ao mercado, os estudantes afirmavam que a formação não poderia ser reduzida à adaptação às demandas do capital. Pelo contrário, deveria

expressar o compromisso histórico do Serviço Social com a classe trabalhadora e com a emancipação humana. Essa compreensão foi decisiva para a manutenção das disciplinas teóricas, para o fortalecimento da pesquisa e para a defesa da dimensão crítica do estágio.

Por fim, os achados também evidenciam contradições e limites: dificuldades de articulação entre bases regionais e direções nacionais, descontinuidade organizativa entre gerações estudantis, desafios de acesso a documentos institucionais e tensões próprias das disputas políticas internas. Esses elementos, longe de fragilizar o movimento, reforçam seu caráter vivo, histórico e contraditório, indicando caminhos futuros de investigação e atuação.

Assim, ao recuperar tais elementos, reafirma-se que o MESS, na década de 1990, não apenas participou da política de formação profissional — ele a transformou. Com sua atuação, tensionou práticas centralizadoras, ampliou espaços democráticos, incidiu sobre a formulação curricular, fortaleceu a unidade das entidades da categoria e contribuiu para fortalecer a centralidade e a legitimidade do projeto ético-político crítico no interior do Serviço Social brasileiro.

O legado desse período, como demonstram as entrevistas e documentos analisados, permanece vivo e necessário. Em um cenário político contemporâneo ainda marcado por ataques à educação, mercantilização do ensino superior, flexibilização de direitos e avanço de pautas conservadoras, a experiência histórica do MESS constitui referência indispensável para as novas gerações de estudantes e para a defesa de uma formação comprometida com a dignidade humana, a democracia e a justiça social.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996. p. 11. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf Acesso em: 29 set 2022
- ABRAMIDES, M. B. C. **O fio vermelho nos move: legado do movimento estudantil de 1968**. São Paulo: Cortez, 2023.
- ABRAMIDES, M. B. C. **Serviço Social e lutas sociais: desafios profissionais em tempos de barbárie**. Brasília: Temporalis, [S. l.], v. 21, n. 41, p. 19–33, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34830>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: 2021. ed. 70
- BATISTA, A. A. **Trabalho, questão social e serviço social**. 2. ed. Cascavel-PR: Edunioeste, 2020. 246 p.
- BRASIL. **Lei nº8.662, de 7 de junho de 1993**. Regulamenta a profissão de Assistente social e dá outras providências. Brasília. 1993
- BRAVO, M. I. S. et al. O protagonismo da ABESS/ABEPSS na virada da formação profissional em Serviço Social. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). **Congresso da Virada e o Serviço Social Hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. São Paulo-SP: Cortez, 2019. cap. 2, p. 56-82. ISBN 9788524927515.
- BRAZ, M.; MATOS, M. C. **30 anos de rearticulação do Movimento Estudantil em Serviço Social**. Serviço Social & Sociedade, Cortez: São Paulo-SP, n. 96, p. 174-182, novembro 2008.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. ed. 6, São Paulo: Cortez, 2009.
- CLOSS, Thaís Teixeira. **Relatório final de pós-doutorado**. Porto Alegre, 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **O trabalho de assistentes sociais junto aos movimentos sociais**. CFESS Manifesta - 16º Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (ENPESS): Vitória-ES, 2018. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/manifesta>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- FREIRE, S. M.; CORTES, T. L. **Políticas de combate à pobreza e avalanche ultraneoliberal: aportes para reflexão**. In: Políticas sociais e ultraneoliberalismo. (Orgs.) Maria Inês Souza Bravo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p.27- 52
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo-SP: Atlas, 2014. 200 p. ISBN 9788522451425.

GOHN, M. G. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

HOBBS, E. J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 8ª. ed. São Paulo: Cortez, 1991. 383 p. ISBN 8524902477

IAMAMOTO, M. V. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo**. In: MOTA, E M. et al (Org). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2010

LEHER, R. **Estado, Reforma Administrativa e Mercantilização da Educação e das Políticas Sociais**. Salvador: Germinal, 2021, v. 13, n. 1, p. 9-29, 15 abr. 2021.

LIMA, I. C. C. 40 Anos do Movimento Estudantil de Serviço Social: desafios e Perspectivas na Atualidade. **Revista Temporalis**, Brasília-DF, n. 38, p. 37-51, 2019

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. In: Série Manuais Acadêmicos. Petrópolis-RJ: Vozes, 2016. 95 p. ISBN 9788532652027.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós 64. São Paulo-SP: Cortez, 1991.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo-SP: Cortez, 1992.

NETTO, J. P. et al. Serviço Social e Saúde: A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al, (org.). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. 2. ed. São Paulo-SP: Cortez, 2007. p. 141-160. ISBN 9788524912665.

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. ISBN 9788577431823

PEREIRA, P. A. P. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania**. In: Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. (Org.) Ivanete Boschetti. São Paulo: Cortez, 2008.

POCHMANN, M. **A segunda globalização capitalista e o impasse nas políticas de bem-estar social**. In: Políticas e riscos sociais no Brasil e na Europa: convergências e divergências, ed. 2, Rio de Janeiro: Cebes, 2016. p. 163-178

RAICHELIS, R. **Proteção Social e trabalho do assistente social**: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, 2013. n. 116. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/nWD4BRgjxy4H54tJtXyxVst/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 30 jul. 2024.

RAICHELIS, R. O Serviço Social no Brasil: trabalho, formação profissional e projeto ético-político. In: YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela (org.). **Serviço Social na História**: América Latina, África e Europa. São Paulo-SP: Cortez, 2019. p. 62-85. ISBN

9788524927577.

RAMOS, S. R.; SANTOS, S. M. **Movimento Estudantil de Serviço Social: parceiro na construção coletiva da formação profissional do (a) Assistente Social.** Temporalis. Caderno da ABESS, n. 7, Cortez: São Paulo, 1997. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/revista-temporalis/edicoesanteriores/formacao-profissionaltrajetorias-e-desafios-caderno-abess-n7-cortez-sao-paulo-1997-14>. Acesso em: 30 jul. 2024.

RAMOS, S. R. **A mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social.** 2005. 332 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/55459/OneDrive%20-%20UNIOESTE/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Textos%20Disserta%C3%A7%C3%A3o/SamyRodriguesRamos%20-%20TESE.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2024.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23^a. ed. São Paulo-SP: Cortez, 2007. 304 p. ISBN 9788524913112.

SILVA, S. S. **Serviço Social e a produção intelectual sobre racismo no Brasil.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Toledo, 2022.

ZANELLI, L. S. **A dimensão ético-política da profissão na pesquisa sobre o Movimento Estudantil de Serviço Social: duas décadas de hegemonia crítica.** 2023. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo Londrina, 2023.

APÊNDICE 1 ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL PESQUISADOR/A RESPONSÁVEL: Vilma Jara da Silva OBJETIVO GERAL DA PESQUISA: contribuir para a (re)construção histórica da participação do Movimento Estudantil na ABESS/ABEPSS, entidade que tem por finalidade coordenar a política de formação profissional em Serviço Social no Brasil INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: Entrevista semi-estruturada SUJEITOS DA PESQUISA: estudantes da década de 1990 que foram militantes do Movimento Estudantil de Serviço Social – MESS e, que hoje são profissionais que estiveram na composição de gestão da ABEPSS e/ou CFESS nos últimos 18 anos (2005 a 2023)	
DATA DA ENTREVISTA: / /	CÓDIGO DA ENTREVISTA:

PARTE I - Identificação

Nome: Naturalidade: Identidade de Gênero: Raça/cor: Idade:
 Instituição de ensino em que se formou:
 Local e ano de início e ano de conclusão da graduação:
 Informe a titulação de mestrado e/ou doutorada:
 Local e ano da titulação de mestrado e/ou doutorada:
 Período em que esteve na gestão da SESSUNE/ENESSO:
 Cargo que ocupou na gestão da SESSUNE/ENESSO:
 Integra/integrou alguma outra organização política ou coletivo? Se sim, qual e em que período?
 Área/local onde atua atualmente:

PARTE II - Sobre o MESS

- 1) O que o motivou a ingressar no MESS?
- 2) Tinha alguma militância anterior/durante ao MESS?
- 3) Qual o contexto histórico (conjuntura política) na época da sua participação no MESS?
- 4) Como estavam organizadas as entidades do MESS na época de sua atuação?
- 5) Quais as principais pautas levantadas pelo MESS à época de sua atuação (local e geral)?

PARTE III - Sobre a Formação Profissional

- 1) Como se deu o debate de formação profissional à época de sua atuação no MESS?
- 2) Como a base do movimento reconhecia o debate de formação profissional e movimento estudantil?
- 3) Como que os estudantes chegaram a participar da estrutura da gestão da ABESS/ABEPSS?
- 4) Como a questão da representatividade estudantil era implementada tanto junto com a ABESS/ABEPSS, quanto com a estrutura da SESSUNE/ENESSO e a base do MESS?
- 5) Houve tensões para que não fosse permitido a inserção de estudantes na estrutura de gestão da ABESS? Se sim quais foram essas tensões?
- 6) Qual era o entendimento do MESS da importância de compor a direção da ABESS/ABEPSS?
- 7) De que maneira a participação ativa dos estudantes promoveu a democratização da ABESS/ABEPSS na época?
- 8) Qual o impacto da incorporação dos estudantes na estrutura da ABESS/ABEPSS e como as pautas do MESS incidem/incidiram na política de formação profissional coordenada pela ABESS/ABEPSS?
- 9) Qual era a pauta do movimento estudantil no processo de revisão curricular entre 93 e 96, que resultou nas diretrizes curriculares de 1996.
- 10) Quais considerações você tem para o fortalecimento do protagonismo do MESS na política de formação profissional do Serviço Social no Brasil.

APÊNDICE 2 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: A Participação do Movimento Estudantil na Política de Formação Profissional em Serviço Social no Brasil nos anos 1990

Pesquisador responsável: Vilma Jara da Silva

Pesquisador Orientadora: Esther Luíza de Souza Lemos

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada “*A Participação do Movimento Estudantil na Política de Formação Profissional em Serviço Social no Brasil nos anos 1990*”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNIOESTE – Campus de Toledo.

Antes de decidir participar, é importante que você compreenda os objetivos do estudo, os procedimentos envolvidos, os benefícios esperados e os possíveis riscos.

Objetivo do Estudo:

O objetivo geral da pesquisa é contribuir para a (re)construção histórica da participação do Movimento Estudantil na ABESS/ABEPSS, entidade que tem por finalidade coordenar a política de formação profissional em Serviço Social no Brasil.

Procedimentos:

A pesquisa envolverá uma entrevista semi-estruturada, na qual você será convidado(a) a compartilhar suas experiências e perspectivas sobre o movimento estudantil em serviço social. A entrevista será conduzida de forma a garantir um ambiente confortável e respeitoso para discussão. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE será entregue em duas vias, que uma ficará com o sujeito da pesquisa. Poderá cancelar sua participação a qualquer momento. O telefone da responsável pela pesquisa é (45) 99823-6665 e do Comitê de Ética (45)3220-3272, caso necessite de maiores informações.

Confidencialidade:

Suas respostas serão tratadas de forma confidencial. Todos os dados coletados serão mantidos em sigilo e os identificadores pessoais serão removidos ou codificados para preservar sua privacidade. A divulgação dos resultados da pesquisa não incluirá informações que possam identificá-lo(a) diretamente.

Voluntariedade:

Sua participação é totalmente voluntária. Você tem o direito de recusar-se a participar ou retirar-se a qualquer momento, sem qualquer penalidade. Sua decisão de participar ou não terá zero impacto sobre sua relação com a instituição ou os pesquisadores envolvidos.

Benefícios e Riscos:

Não há benefícios materiais diretos para os participantes. No entanto, espera-se que esta pesquisa contribua para uma compreensão mais aprofundada da participação da representação discente na formulação da política de formação profissional em Serviço Social coordenada pela ABEPSS. Os riscos associados à participação são mínimos, mas caso surjam desconfortos emocionais, você é encorajado(a) a compartilhar isso com os pesquisadores.

Contato:

Se você tiver dúvidas ou preocupações durante ou após a pesquisa, sinta-se à vontade para entrar em contato com Vilma Jara da Silva (mestranda do Programa de Pós-Graduação Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Toledo) para esclarecimentos adicionais.

Ao concordar em participar, você confirma que recebeu informações suficientes sobre o estudo, teve a oportunidade de fazer perguntas e compreendeu os termos deste Termo de Consentimento. Sua assinatura eletrônica indica seu consentimento para participar voluntariamente desta pesquisa.

Este Termo de Consentimento LIVRE E ESCLARECIDO foi elaborado de acordo com as diretrizes éticas de pesquisa e está disponível para esclarecimento de dúvidas.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar do projeto a participar da pesquisa.

LOCAL E DATA:

Nome do sujeito da pesquisa/ou responsável: _____

Assinatura: _____

Eu **Vilma Jara da Silva**, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto ao participante da pesquisa.

Pesquisador/a Responsável

Fone: (45) 9 9823-6665

ANEXO I DECLARAÇÃO DE PESQUISA NÃO INICIADA

Título do projeto: A Participação do Movimento Estudantil na Política de Formação Profissional em Serviço Social no Brasil nos anos 1990

Pesquisador/a Responsável: Vilma Jara da Silva

Tipo de Pesquisa:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Iniciação científica | <input checked="" type="checkbox"/> Dissertação/Mestrado |
| <input type="checkbox"/> TCC/Graduação | <input type="checkbox"/> Tese/Doutorado |
| <input type="checkbox"/> TCC/Especialização | <input type="checkbox"/> Projeto Institucional |

Declaramos que essa pesquisa não foi iniciada e aguarda a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Unioeste. Ao término desse estudo, nos comprometemos a tornar público os resultados, promover a devolutiva aos participantes (quando possível) e apresentar o Relatório Final ao CEP Unioeste (apensado na Plataforma Brasil), até 30 dias após o término da pesquisa.

Declaramos a ciência das implicações legais decorrentes dos descumprimentos dos Anexos I a IV.

Local, ____/____/____.

(Assinatura do/a pesquisador/a responsável)

ANEXO II - LISTAGEM DE GESTÃO CFESS DE 2005 A 2023 (ÚLTIMOS 18 ANOS)

2023-2026 (gestão atual)		
	Nome	Cargo
1	Kelly Rodrigues Melatti	Presidenta
2	Marciângela Gonçalves Lima	Vice-presidenta
3	Emilly Marques	1ª Secretária
4	Alana Barbosa Rodrigues	2ª Secretária
5	Agnaldo Engel Knevez	1ª Tesoureira
6	Larissa Gentil Lima	2ª Tesoureira
7	Jussara de Lima Ferreira	Conselho Fiscal
8	Angelita Rangel Ferreira	Conselho Fiscal
9	Elaine Amazonas Alves dos Santos	Conselho Fiscal
10	Rafaella da Câmara Lobão Barroso	Suplente
11	Ubiratan de Souza Dias Junior	Suplente
12	Mirla Cisne Álvaro	Suplente
13	Karen Albin	Suplente
14	Sandra Maria Amorim da Rocha	Suplente
15	Tales Willyan Fornazier Moreira	Suplente
16	Adriana Soares Dutra	Suplente
17	Iara Vanessa Fraga de Santana	Suplente
18	Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga	Suplente

2020-2023		
	Nome	Cargo
1	Elizabeth Borges	Presidenta
2	Maria Rocha	Vice-presidenta
3	Dácia Teles	1ª Secretária
4	Carla Alexandra Pereira	2ª Secretária
5	Kelly Rodrigues Melatti	1ª Tesoureira
6	Francieli Borsato	2ª Tesoureira
7	Lylia Rojas	Conselho Fiscal
8	Priscilla Cordeiro	Conselho Fiscal
9	Alessandra Dias	Conselho Fiscal
10	Elaine Pelaez	Suplente
11	Mauricleia Soares	Suplente
12	Agnaldo Knevez	Suplente
13	Dilma Franclin	Suplente
14	Emilly Marques	Suplente
15	Ruth Bittencourt	Suplente
16	Eunice Damasceno	Suplente
17	Kênia Figueiredo	Suplente
18	Daniela Möller (compôs a gestão até abril de 2022)	Suplente

2017-2020		
	Nome	Cargo
1	Josiane Soares Santos	Presidenta
2	Daniela Neves	Vice-presidenta
3	Tânia Maria Ramos Godoi Diniz	1ª Secretária
4	Daniela Möller	2ª Secretária
5	Cheila Queiroz	1ª Tesoureira
6	Elaine Pelaez	2ª Tesoureira
7	Nazarela Silva do Rêgo Guimarães	Conselho Fiscal
8	Francieli Piva Borsato	Conselho Fiscal
9	Mariana Furtado Arantes	Conselho Fiscal
10	Solange da Silva Moreira	Suplente
11	Daniela Castilho	Suplente
12	Regia Prado	Suplente
13	Magali Regis Franz	Suplente
14	Lyliã Rojas	Suplente
15	Mauricleia Santos	Suplente
16	Joseane Couri	Suplente
17	Neimy Batista da Silva	Suplente
18	Jane de Souza Nagaoka	Suplente

2014-2017		
	Nome	Cargo
1	Maurílio Castro de Matos	Presidente
2	Esther Luíza de Souza Lemos	Vice-presidenta
3	Tânia Maria Ramos Godoi Diniz	1ª Secretária
4	Daniela Castilho	2ª Secretária
5	Sandra Teixeira	1ª Tesoureira
6	Nazarela Rêgo Guimarães	2ª Tesoureira
7	Juliana Iglesias Melim	Conselho Fiscal
8	Daniela Neves	Conselho Fiscal
9	Valéria Coelho	Conselho Fiscal
10	Alessandra Ribeiro de Souza	Suplente
11	Josiane Soares Santos	Suplente
12	Erlénia Sobral do Vale	Suplente
13	Lilian da Silva Gomes Melo (afastada)	Suplente
14	Marlene Merisse	Suplente
15	Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga	Suplente
16	Maria Bernadette de Moraes Medeiros	Suplente
17	Solange da Silva Moreira	Suplente
18	Hirley Ruth Neves Sena (compôs a gestão até fevereiro de 2016)	Suplente

2011-2014		
	Nome	Cargo
1	Sâmya Rodrigues Ramos	Presidenta
2	Marinete Cordeiro Moreira	Vice-presidenta
3	Raimunda Nonata Carlos Ferreira	1ª Secretária
4	Esther Luíza de Souza Lemos	2ª Secretária
5	Juliana Iglesias Melim	1ª Tesoureira
6	Maria Elisa dos Santos Braga	2ª Tesoureira
7	Kátia Regina Madeira	Conselho Fiscal
8	Marylucia Mesquita	Conselho Fiscal
9	Rosa Lúcia Prêdes Trindade	Conselho Fiscal
10	Heleni Duarte Dantas de Ávila	Suplente
11	Maurílio Castro de Matos	Suplente
12	Marlene Merisse	Suplente
13	Alessandra Ribeiro de Souza	Suplente
14	Alcinélia Moreira de Sousa	Suplente
15	Erivã Garcia Velasco (Tuca)	Suplente
16	Marcelo Sitcovsky Santos Pereira	Suplente
17	Janaine Voltolini de Oliveira (compôs a gestão até o ano de 2012)	Suplente
18	Maria Lucia Lopes da Silva (compôs a gestão até o ano de 2012)	Suplente

2008-2011		
	Nome	Cargo
1	Ivanete Salete Boschetti	Presidenta
2	Sâmbara Paula Francelino Ribeiro	Vice-presidenta
3	Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz	1ª Secretária
4	Neile d'Oran Pinheiro	2ª Secretária
5	Rosa Helena Stein	1ª Tesoureira
6	Telma Ferraz da Silva	2ª Tesoureira
7	Silvana Mara de Moraes dos Santos	Conselho Fiscal
8	Pedro Alves Fernandes	Conselho Fiscal
9	Kátia Regina Madeira	Conselho Fiscal
10	Edval Bernardino Campos	Suplente
11	Rodriane de Oliveira Souza	Suplente
12	Marinete Cordeiro Moreira	Suplente
13	Kênia Augusta Figueiredo	Suplente
14	Erivã Garcia Velasco	Suplente
15	Marcelo Sitcovsky Santos Pereira	Suplente
16	Maria Elisa dos Santos Braga	Suplente
17	Maria Bernadette de Moraes Medeiros	Suplente
18	Marylucia Mesquita Palmeira	Suplente

2005-2008		
	Nome	Cargo
1	Elisabete Borgianni	Presidenta
2	Ivanete Salete Boschetti	Vice-presidenta
3	Simone de Almeida	1ª Secretária
4	Jucimeri Isolda Silveira	2ª Secretária
5	Ruth Ribeiro Bittencourt	1ª Tesoureira
6	Rosa Helena Stein	2ª Tesoureira
7	Ana Cristina Muricy de Abreu	Conselho Fiscal
8	Joaquina Barata Teixeira	Conselho Fiscal
9	Silvana Mara de Moraes dos Santos	Conselho Fiscal
10	Ronaldo José Sena Camargos	Suplente
11	Juliane Feix Peruzzo	Suplente
12	Laura Maria Pedrosa de Almeida	Suplente
13	Marcelo Braz dos Reis	Suplente
14	Neile d'Oran Pinheiro	Suplente
15	Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz	Suplente
16	Rosaniice Pinto Ribeiro	Suplente
17	Maria Helena de Souza Tavares	Suplente
18	Eutália Barbosa Rodrigues	Suplente

ANEXO III - LISTAGEM DE GESTÃO ABEPSS DE 2005 A 2023 (ÚLTIMOS 18 ANOS)

2023-2024 (gestão atual)		
	Nome	Cargo
1	Erlenia Sobral do Vale - UECE	Presidência
2	Elivania da Silva Moraes - UECE	Coordenação Nacional de Graduação
3	Maria das Graças e Silva - UFPE	Coordenação Nacional de Pós-Graduação

2021-2022		
	Nome	Cargo
1	Rodrigo Teixeira - UFF	Presidência
2	Marina Castro - UFJF	Coordenação Nacional de Graduação
3	Liduina Silva - UNIFESP	Coordenação Nacional de Pós-Graduação

2019-2020		
	Nome	Cargo
1	Esther Luíza de Souza Lemos - UNIOESTE	Presidência
2	Adrianyce Souza - UFF	Coordenação Nacional de Graduação
3	Olegna Guedes - UEL	Coordenação Nacional de Pós-Graduação

2017-2018		
	Nome	Cargo
1	Maria Helena Elpídio - UFES	Presidência
2	Gustavo Repetti - UFRJ	Coordenação Nacional de Graduação
3	Ana Paula Ornellas Mauriel	Coordenação Nacional de Pós-Graduação

2015-2016		
	Nome	Cargo
1	Raquel Santana - UNESP	Presidência
2	Rodrigo Teixeira - UFF	Coordenação Nacional de Graduação
3	Fátima Grave - UFRJ	Coordenação Nacional de Pós-Graduação

2013-2014		
	Nome	Cargo

1	Maria Regina de Ávila - UFRN	Presidência
2	Telma Gurgel - UERN	Coordenação Nacional de Graduação
3	Reivan Souza - UFAL	Coordenação Nacional de Pós-Graduação

2011-2012		
	Nome	Cargo
1	Cláudia Mônica dos Santos - UFJF	Presidência
2	Maria Helena Elpídeo - UFES	Coordenação Nacional de Graduação
3	Yolanda Guerra - UFRJ	Coordenação Nacional de Pós-Graduação

2009-2010		
	Nome	Cargo
1	Elaine Behring - UERJ	Presidência
2	Sâmya Rodrigues Ramos - UERN	Coordenação Nacional de Graduação
3	Yolanda Guerra - UFRJ	Coordenação Nacional de Pós-Graduação

2007-2008		
	Nome	Cargo
1	Marina Maciel Abreu - UFMA	Presidência
2	Ângela Amaral - UFPE	Coordenação Nacional de Graduação
3	Josefa Batista Lopes - UFMA	Coordenação Nacional de Pós-Graduação

2005-2006		
	Nome	Cargo
1	Ana Elizabete Mota - UFPE	Presidência
2	Maria Marieta dos Santos Koike - UFPE	Coordenação Nacional de Graduação
3	Marina Maciel Abreu - UFMA	Coordenação Nacional de Pós-Graduação